

O EDUCA(DOR) SOCIAL DE RUA NO BRASIL: TEORIAS
TECIDAS NA MILITÂNCIA HISTÓRICA, CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Renato Janine Ribeiro

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Ademir Juracy Fanfa Ribas
VICE-DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Darlan Faccin Weide
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

CHEFIA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

CHEFE: Ademir Nunes Gonçalves
VICE-CHEFE: Marcos Gehrke

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERVENÇÃO
SOCIOCULTURAL PARA CONTEXTOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES**

COORDENADORA DO CURSO: Suzete Terezinha Orzechowski Brandalize
COORDENADORA DE TUTORIA: Laurete Maria Ruaro

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Klevi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

JACYARA SILVA DE PAIVA

O EDUCA(DOR) SOCIAL DE RUA
NO BRASIL: TEORIAS TECIDAS
NA MILITÂNCIA HISTÓRICA,
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Daniela Leonhardt
Maria Cleci Venturini
Soely Bettes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Luiz Fernando Santos

CAPA
Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO
180 exemplares

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
UM CENÁRIO QUE SE ABRE	09
EDUCAÇÃO SOCIAL: COMO SE FAZ NO BRASIL?	15
OS POSSÍVEIS CHÃOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	23
A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO OUTRO ESPAÇO POSSÍVEL	39
A PEDAGOGIA SOCIAL E SUAS IMBRICAÇÕES COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA	43
O EDUCADOR SOCIAL E SEUS SABERES FAZERES DENTRO DA ESCOLA	51
FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	59
(IN)CONCLUSÕES	69
REFERÊNCIAS	73

APRESENTAÇÃO

A compreensão de experiências e vivências de profissionais que possuem um ofício de tamanha complexidade não foi fácil, principalmente porque me propus a lançar-me nessa empreitada em três capitais brasileiras: Porto Alegre, Vitória e Salvador. O objetivo desta pesquisa foi compreender o que é e como é ser educador social de rua, suas vivências fora do espaço escolar, sendo que as ruas no Brasil ainda se constituem-se como um espaço educativo. Fez-se necessária uma interlocução profunda com Paulo Freire, como se a cada momento desta pesquisa eu fosse convocada por ele devido às aberturas de seus escritos, que terminam por dar ao seu interlocutor espaço para pensar. Durante a pesquisa, cada palavra, cada gesto, todo conjunto expressivo daquele educador que se colocava diante de mim era cuidadosamente considerado. Por meio dos diálogos estabelecidos com os Educadores Sociais de Rua nessa pesquisa compreendo o quanto possuem funções diferentes de sua área de formação. Por vezes não conseguem dar conta da complexidade que o ofício de ser educador social impõe, mas não deixam de ser críticos, de sonhar, de lutar pelas crianças e adolescentes que vivem em situação adversa em várias cidades desse país. Esta luta faz com que o Educador Social seja um militante permanente, mudam-se os cenários mas sua militância é diária e imbricada com sua vida. Este trabalho é parte de minha tese de doutorado pois nele narro também os processos de construção da cidadania em crianças e adolescentes, principalmente as desprovidas de seus direitos básicos e inalienáveis.



UM CENÁRIO QUE SE ABRE

Este trabalho tem por objetivo apresentar parte de uma pesquisa de doutorado que surge a partir de minha prática de mais de 30 anos como Educadora Social de Rua, busco com esse fragmento compreensão da experiência e vivência de ser Educador Social de Rua, descrevendo uma parte da história da Educação Social de Rua no Brasil, que por vezes é imbricada com a minha história como Educadora Social que é por natureza um luta(dor) militante da causa dos oprimidos. Assim, desvelam-se as pedagogias e epistemologias produzidas nas ruas pelos Educadores Sociais de práticas educativas em três estados do Brasil: Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. A evolução de conceitos e as práticas de cidadania na educação social (também conhecida como educação não formal). Como um estudo de inspiração fenomenológica existencial, em nenhum momento faço (esforço-me ao máximo para não fazer) generalizações ou me proponho a fornecer explicações.

O LUGAR DE ONDE FALO

Ser Educador Social de Rua no Brasil nunca foi uma tarefa muito fácil, devido a este fato as histórias dos Educadores Sociais sempre me importaram durante a pesquisa, a minha própria história me importa, o lugar de onde falo, como me constituiu e me constitui a cada dia Educadora Social de Rua.

Venho de uma família muito pobre, minha mãe, negra, de origem escrava, sua bisavó tinha sido escrava, filha de uma lavadeira de roupas e de um pai alcólatra, que quando não estava sob o efeito do álcool fazia alguns trabalhos como garçom, morava em uma das favelas de Vitória nos anos 30 e 40 e aos 7 anos já era o que costumamos chamar aqui no Brasil de menina em situação de rua, que é a criança que está nas ruas trabalhando e possui vínculo familiar, mesmo que este vínculo seja complexo, no primeiro ano escolar já precisou abandonar a escola por não conseguir ficar acordada nas aulas uma vez que as 4 horas da manhã já precisava estar nas ruas vendendo jornal junto com seu irmão mais velho, esse dinheiro ajudaria no sustento da família, quando chegava da escola, entregava roupas que sua mãe lavava nas casas dos fregueses, a família do meu pai não era muito diferente, também moravam em favelas e meu pai também tinha um pai alcólatra e uma mãe que lavava roupas para fora para sobreviver, minha avó materna teve 14 filhos dos quais seis sobreviveram, minha avó paterna 22 dos quais nove sobreviveram.

Nos anos 50 meus pais se encontraram enquanto jovens e foram morar no primeiro conjunto residencial da América Latina construído para população carente na época da repressão militar no Brasil, ali foram morar meus pais, ele pintor e minha mãe auxiliar de limpeza em uma escola pública.

Assim cresci... com a consciência de que precisava estudar, minha mãe apesar de não ter estudado era muito preocupada com isso e incentivava o tempo todo nossos estudos, uma das formas de fazê-lo era estudando enquanto adulta em programas do Governo como o Antigo MOBREAL (movimento Brasileiro de Alfabetização), um movimento criado como resposta às pressões internacionais devido aos altos índices de analfabetismo no Brasil, um movimento extremamente estigmatizado, para pessoas pobres e consideradas "burras". Mesmo diante de todas as dificuldades, meu pai também alcólatra como meus avós, minha mãe consegue terminar seus estudos formando-se em Pedagogia com 65 anos.

A história de minha mãe portanto me constituiu, sua resistência e resiliência me fizeram um ser humano capaz de olhar o outro e enfrentar as adversidades que apareciam, sempre estudei em Escola Pública, no Brasil,

ainda hoje, mesmo com todos os avanços sociais do Governo Lula e Dilma, Escola Pública é um espaço de saber para a pessoa pobre e dentre desse espaço , pouco se tem de ensinagem e aprendizagem, esse espaço necessita ser dividido com ações sociais. Terminei meu Ensino Médio em uma delas , e fiz um curso técnico, pois aos pobres aqui no Brasil eram reservados os cursos técnicos, aos mais abastados o preparo para se entrar na Universidade Pública, que era quase exclusiva para as famílias mais abastadas, hoje graças as ações afirmativas do Governo Lula e Dilma as coisas estão mudando um pouco e os pobres negros já conseguem chegar a Universidade Pública antes destinada apenas aos mais ricos.

Constituir-se cidadão , sem um estatuto próprio na infância, em pleno governo militar que torturava e matava era algo quase surreal, principalmente experimentando a pobreza diária. Na escola tínhamos a Educação Moral e Cívica, uma disciplina que ensinava mais obedecer aos militares do que ensinar o que vinha a ser cidadania, como se constituir um cidadão.

Com 18 anos já trabalhava de maneira formal com carteira assinada, porque como todo filho da pobreza comecei a trabalhar ainda bem pequena limpando casas de famílias, até que resolvi mudar de Estado e fazer teologia em um Estado que fica a 2000 km do Estado onde morava, o curso foi pago por uma igreja Batista, pois não tinha condições de pagar o mesmo. Neste tempo comecei a trabalhar com Prostitutas e viciados nas Ruas de Recife, capital de Pernambuco, um Estado até hoje com uma divisão de rendas sofrível e exatamente por isso com grandes problemas sociais, trabalhava com a igreja Batista em convênio com uma ONG dos EUA chamada Visão Mundial. Neste momento começo a ser de fato cidadã, aprendi a lutar pela minha cidadania ajudava crianças a construir suas cidadanias enquanto eu mesma precisava construir a minha, desejava uma educação para cidadania e por ela lutava.

Após um ano trabalhando nas madrugadas nas ruas do Recife, compreendi que o meu trabalho não era um trabalho para salvar “almas” como queria a igreja, mas um trabalho educativo que poderia libertar vidas, libertar pessoas oprimidas por uma relação social injusta. Levava durante o dia as prostitutas, homossexuais e usuários de drogas para os jardins da instituição onde estudava e morava , instituição esta que fazia teologia com ênfase em educação e ação social , fazia isso por achar um local seguro para dialogar com os meus educandos de rua e por levar essas pessoas aos jardins da instituição, fui proibida de morar no internato.

A partir daí surge uma grande reviravolta em minha vida, passo a morar numa zona de prostituição e ali conviver mais de perto com os meus educandos: as prostitutas, os viciados e seus filhos que em sua maioria viviam nas ruas do Recife mendigando e praticando pequenos furtos, a partir dali pude conhecer e aprender com elas valores significativos, mas não sentia as

dores que elas sentiam pois mesmo morando dentro da zona de prostituição eu não estava ali para me prostituir e sim realizar um trabalho de ação social, ao mesmo tempo passávamos no Brasil por um momento único que foi o término da ditadura, o movimento de eleições diretas para presidente, o Brasil fervilhava politicamente e tive o privilégio de participar de vários movimentos sociais inclusive nesta ocasião formamos o primeiro clube de mães formado por prostitutas em Recife, onde através dele realizávamos várias reivindicações era chamado clube de mães pois estávamos ainda no final da ditadura e ainda não poderia ter associações.

Passei a fazer parte também do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, como tinha apenas 19 anos, não fazia parte da diretoria mas era bastante atuante em Recife tendo ido a Brasília, capital do País, junto com os meninos e meninas de rua do Brasil ,num movimento que poderíamos chamar de inédito viável tal como Freire mencionava, que mobilizou todos os meninos e meninas de rua do Brasil, na época o movimento evitou muitos assassinatos de meninos, atuava contra a perseguição de educadores sociais que eram vítimas de ameaças por parte dos policiais, pois os mesmos denunciavam toda e qualquer forma de maus tratos dos meninos. Atuamos no grande movimento de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil, até hoje um dos Estatutos mais avançados do mundo em que ainda forças reacionárias insistem em modifica-lo para prejudicar as crianças e adolescentes empobrecidas do Brasil.

Na época do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua , que ainda existe no Brasil, denúncias surgiam por toda parte amparada por um movimento forte e destemido, que junto com a atuação política preocupava-se com a formação pedagógica, o movimento reunia pessoas do país inteiro e tivemos o grande privilégio de ter o professor Paulo Freire conversando conosco várias vezes, esclarecendo-nos que o nosso fazer era um fazer pedagógico e político que nós precisávamos ser amorosos no sentido de um amor tornado ação, que precisávamos estar sempre refletindo acerca de nossa práxis (teoria e prática), falava que não erámos superiores nem inferiores aos educadores escolares, erámos simplesmente educadores com uma pedagogia diferenciada.

Aqui no Brasil portanto posso dizer sem nenhum medo de errar que Paulo Freire é a base teórica do Educador Social e em sua teoria que conseguimos refletir nossa prática mesmo nos dias de hoje. Ele nos leva a um olhar compreensivo e político de nossa prática como Educa(dor)

Após anos trabalhando em Pernambuco, retorno no final dos anos 90 para o meu Estado Espirito Santo, nesta época os movimentos sociais estavam mais enfraquecidos e já não vivíamos os tempos áureos dos movimentos sociais, muitos foram cooptados pelo próprio governo e engessados nas amarras do neoliberalismo. Volto ao meu Estado dentro deste contexto social e continuo

trabalhando com crianças e adolescentes em situação de rua, numa situação precária eles denunciavam os maus tratos, que infelizmente não conseguimos exterminar em nosso País, denunciavam espancamentos, estupros, violação de direitos por parte daqueles que deveriam protegê-los que era o poder público (PAIVA 2006) , no afã de protegê-los enquanto educadora social fui várias vezes ameaçada por vezes por policiais com arma em punho, tentando intimidar (ações) de todas as formas.

Neste contexto , além de travar uma luta com o poder público travo uma luta com a academia pois não queria que o Educador Social continuasse a margem, invisibilizado em nosso Estado, tento concorrer a vaga de mestrado numa Universidade Pública na área de educação , passo nas provas mas não encontrava ninguém que ousasse orientar uma dissertação voltada para educação de ruas, minha insistência se dava pelo fato de achar que o educador não poderia mais ficar invisibilizado e precisamos fazer parte da agenda diária da academia que por sinal tem grandes preconceitos com a obra de Paulo Freire. Finalmente , um professor DR aceita me orientar o Psicólogo Hiran Pinel, que se interessa pelo tema por já ter trabalhado com Educadores Sociais, venho fazer doutorado logo em seguida com o mesmo orientador, mas hoje as dificuldades para entrar como professor nesta universidade são imensas e para isso tenho um processo na justiça, ainda não querem no Brasil o Educador Social na academia, ainda não querem no Brasil a Pedagogia Social na academia, pois acham que educação é sinônimo de escola e não conseguem enxergar a educação como algo bem mais amplo.

Escrevi minha dissertação de mestrado onde crianças e adolescentes em situação de rua expõe suas chagas, escrevi uma tese onde narro as experiências de ser Educador Social no Brasil, os riscos e perigos aos quais são expostos, o descuido para com os mesmos, dessa forma compreendo que o lugar de onde falo é um lugar ainda de invisibilidade, descaso governamental, ser educa(dor) social no Brasil hoje exige-se que algumas categorias freirianas sejam viscerais e entre elas a esperança, esperança que não se espera mas que se faz na ação diária para libertação e transformação social dos mais necessitados em nosso país. Ainda vivemos sob a égide de programas compensatórios que atenuam os problemas mas não o resolvem de fato e de direito, mas creio que esse movimento faz parte de nossa revolução social no Brasil, ainda temos relatos de Educadores que são obrigados a fazer a chamada “limpeza humana”, ou seja, tirar das ruas as crianças pobres para que fiquem longe dos olhos da sociedade, ainda temos relatos de invisibilidades, falta de formação inicial e continuada, relatos de perseguições por parte de policiais que cometem crimes são relatados pelas crianças e adolescentes (PAIVA2006) e esses ao fazerem denúncias são perseguidos, mas apesar de tudo isso sou uma Educadora Social que sonha, que sonha enquanto luta e que já viu seu país alcançar muitas

vitórias apesar de sentir e saber que precisamos de muito mais vitórias para pagarmos a dívida social que o País tem com os mais pobres.

EDUCAÇÃO SOCIAL COMO SE FAZ NO BRASIL?

Compreendemos a Educação Social como uma prática da Pedagogia Social que está além da informação, pois, acredita no ser humano como ser incompleto e que está sempre sendo, um ser inacabado em constante desenvolvimento, por isso não limitamos a Educação Social às classes sociais ou à criança, tão pouco aos chamados “excluídos” pela sociedade. A Educação Social é para todos, e está presente durante toda vida neste ser sensível, perceptível, capaz de transcender em seu meio social que se chama humano-e-ensinar, a educação social fala do desenvolvimento humano do ser. Brandão nos diz que

“ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos modos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre educação que nos invade a vida (BRANDÃO, 1992, p. 2).

Essa educação que nos invade a vida consiste em um modo de educar voltado aos interesses e necessidades dos educandos respeitando sempre o seu saber, à sua cultura o seu cotidiano vivido e experienciado, seu meio social, conseguindo de forma integral compreender o indivíduo, como o tal pensa em sua formação e realiza o fazer da “ensinagem” social, em que o olhar atento para a pessoa e seu capital social se torna condição essencial.

As vezes minhas colegas de pós graduação me questionam: como você pode educar na rua? Respondo: meu menino está lá, e onde ele estiver vou buscá-lo, sei os riscos que isso significa, somos ameaçados diariamente por traficantes, por policiais, pela comunidade, mas esse é nosso trabalho, acredito que através do nosso trabalho esse menino poderá estudar em uma escola como é direito de todo mundo(V2 – VITÓRIA).

A educação nasce como uma contribuição ao atendimento daqueles que se encontram a margem de qualquer proteção necessária para o seu desenvolvimento. Não é uma solução, mas uma inter(in)venção (PINEL, 2006, p. 278) possível, como as demais formas de educação (TRILLA, 1993), que como tais não se encontram desvinculadas do mundo.

Durante muito tempo e até mesmo nos dias de hoje a Educação Social é chamada de Educação Não Formal, ou seja, compreendida como um campo em oposição à educação formal que nada tinha a ver com esta. Hoje já podemos ver discussões diferenciadas acerca dessa nomenclatura. Caro (2009, p. 153) nos diz que o que ocorre na Educação não formal, normalmente vem embasado no que se chama Educação Social, que por referência é conteúdo e objeto da Pedagogia Social. Fica claro então que a Pedagogia Social é a teoria e a Educação Social a prática, mas em que momento nenhum uma está desvinculada da outra, pois a Pedagogia Social consegue imbricar teoria e prática; isso quer dizer que a Pedagogia Social não está limitada a academia, existe um constante diálogo entre a teoria e a prática dos Educadores Sociais, a Pedagogia Social é um ato refletivo das práticas sociais cotidianas construídas pelos Educadores Sociais, práticas essas que precisam ser refletidas diariamente, pois as mudanças que ocorrem no mundo social são rápidas e como bons andarilhos precisamos algumas vezes apertar o passo.

Tivemos de parar todo o nosso trabalho para ir a campo pesquisar, nosso menino que antes cheirava loló, agora com 8 anos usa crack e o crack traz reações que não sabíamos como lidar, paramos todos os trabalhos e colocamos todos os educadores a campo para pesquisar

que mudança é essa que estava ocorrendo e como poderíamos alcançar nosso educando (S1, SALVADOR).

O educador tem como ponto de partida seu comprometimento com o oprimido, que nem sempre é oprimido, ora é oprimido, ora é opressor, dessa forma a Educação Social se desvela de várias formas e maneiras num cotidiano inventivo, devido a esta provisoriedade o educador social precisa a todo instante analisar sua prática, rever a teoria que o orienta para sempre redimensionar sua compreensão de mundo, vendo esse mundo com o oprimido e também a partir dele, compreendendo além do mundo exterior sua prática pedagógica e a si mesmo.

Os sujeitos da Educação Social, são pessoas que em sua maioria vivem em situações econômicas desfavoráveis, paradoxais e em desvantagens sociais, por isso no Brasil de hoje trabalha-se muito a educação social para populações que encontram-se como não cidadãos, Portanto, o diálogo entre oprimido e opressor é uma exigência existencial para libertação e humanização de ambos, para que haja a quebra no círculo de marginalização do qual o educando é parte. Oprimido e opressor precisam estar nesse processo de libertação mútua. Freire (1999, p. 99) compreende que “é por isso que o opressor se desumaniza ao desumanizar o oprimido, não importa que coma bem, que vista bem, que durma bem. Não seria possível desumanizar sem desumanizar-se tal a radicalidade social da vocação. Não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser”.

Ainda hoje é comum perceber que os educadores que trabalham com os marginalizados se sentem também marginalizados pela Pedagogia oficial e acadêmica, como se fossem os parentes pobres da Educação escolar, considerando artesanal a forma de atuar e de produzir conhecimentos na educação Social. Isso ocorre principalmente por falta de informação em relação a Educação Social de rua, a não sistematização das práticas dos educadores sociais talvez venha corroborar com essa visão míope em relação a educação social de rua.

Quando comecei nesta profissão fiquei aflita, não sabia o que fazer, procurei algum curso para me dar uma luz, uma orientação não encontrei nada, pensei: como vou trabalhar com esses guris sem saber de nada, fiz então um curso de pedagogia, ajudou? Um pouco mas de forma específica mesmo diria que não tive muito proveito, porque ninguém quer saber dos guris que estão nas ruas (P5, POA).

Olhe Jacyara, tem gente que confunde a gente com traficante, procuro sempre estar arrumado e com meus documentos, por estar perto dos meninos e ser negro teve policial que já me revistou pensando que eu estava passando drogas para os meninos, uma situação muito constrangedora, senti tudo naquela hora: raiva, medo, revolta(V2,VITÓRIA).

É como se a Educação Social seguisse por uma trilha alternativa enquanto a Educação escolar por um caminho asfaltado, não menos complexo. As trilhas existem, muitos passaram e ainda passam por elas, no entanto esse não é um caminho oficial, apesar de ser passagem de andarilhos educa(dores) e acolhe(dores). Como cada vez mais educadores estão passando por essas trilhas, começa-se no Brasil a luta pelo reconhecimento da Educação Social como possibilidade concreta de ampliação do direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL 1996).

Essa invisibilidade porque passa o Educador não começa agora, nos anos de 1980 quando termina a ditadura no Brasil e os movimentos sociais ressurgem com toda força enquanto educadores sentimos “a dor e a delícia” como nos diz o poeta de ser Educa(dor) Social no Brasil, participando de vários movimentos dentre eles Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil, Clube de Mães de Prostitutas e outros movimentos sociais que ajudaram a construir e constituir a Constituição Federal de 1988 bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente que hoje encontra-se em perigo no Brasil, por vezes nos sentimos um arquivo vivo da história.

Fica claro então que nesta minha caminhada de pesquisadora meus colaboradores são Educadores Sociais de Rua e, de acordo com as pesquisas realizadas, exercem em suas vivências e práticas educativas cheia de sentido existencial, que segundo seus relatos é na maioria das vezes invisibilizada e destituída de seu real valor social e educacional; são educadores que, teimosamente, mesmo contra todas as adversidades na práxis confiam no potencial de seu educando, acreditando que ele pode mudar sua história, que ele pode sair da condição de oprimido emancipando-se.

As histórias que já vivi com meninos e meninas nas ruas de Salvador dariam mais que um livro, mas quem quer saber delas? Afinal são garotos marginais, não dão IBOPE e só vendem jornais quando

atingem um adolescente de classe média, infelizmente aí aparecem como os vilões da história, mas suas experiências cotidianas são cheias de vida e nesses meus muitos anos de vida tenho aprendido muito com eles (S1, SALVADOR).

O Educador Social é hoje um educador das margens que também de alguma forma está à margem e nela caminha precariamente, sem formação oficial, são brasileiros que se propõem a caminhar com os oprimidos, inserir-se em seu cotidiano, mas não possuem sequer uma titulação que os constitua como Educadores Sociais. “O direito à Educação é limitado pela capacidade de financiamento do Estado e pelo quantum que a sociedade aceita bancar para os segmentos sociais que precisam da escola pública” (informação verbal)¹. Com isso muitos educadores ficam apreensivos em investir em suas carreiras na área de educação e de forma mais específica na Educação Social . Assim expressa uma educadora de Vitória: “terminei Serviço Social, as vezes penso em fazer pedagogia, quero investir na área, mas as vezes me pergunto: como e onde investir numa área tão específica?” (V1,VITÓRIA).

Desta forma o direito acaba se revestindo de um não direito contribuindo ainda mais para a invisibilização e marginalização de práticas que não estão ligadas ao ensino e que não nascem dentro do contexto e da organização escolar, por não nascerem dentro desse contexto muitas vezes essas práticas são confundidas com caridade. Telles (2001, p. 26) entende que “esse é o lugar dos não-direitos e da não cidadania. É o lugar no qual a pobreza vira “carência, a justiça se transforma em caridade e os direitos, em ajuda a que o individuo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído”.Nossos adolescentes terminam por atravessar esse importante processo de desenvolvimento humano sem se quer saber ou sentir o que vem a ser cidadania.

Penso que devido a esses fatores em nosso país, essa invisibilidade marginal, a não cidadania de nossas crianças e adolescentes, tem contribuído para não sistematização de toda riqueza da prática pedagógica construída nos “entre lugares” (BHABHA, 2003), nas margens, junto com os oprimidos. Quanto à formação profissional, encontram-se, muitas vezes, somente em cursos de capacitação, que se preocupam com a informação, talvez com a conscientização, mas dificilmente com a formação pessoal do educador que trabalha em campos específicos com metodologias diferenciadas, que atua dialogando com os oprimidos, com os sem direitos, com aqueles que se encontram na margem, na periferia das periferias.

1 Anotações de aula 2º semestre de 2009; prof. Dr. Roberto da Silva – USP – tema: Vertentes da conceituação do direito à educação.

Ninguém está nem ai pra gente Jacyara, aliás nos querem longe, tanto é que não ficamos na FASC (Fundação de Assistência Social do Município de Porto Alegre), nossas coordenadoras ficam lá, mas os educadores mesmo [...] por vezes nos confundem com os meninos falando: já vem o pessoal da rua, somos nada para eles, não sei o que pensam que fazemos nas ruas, para eles vamos as ruas só para passar a mão na cabeça das crianças, não há respeito com nossa profissão (P2, POA).

As vezes sinto que estamos completamente sós. Sem ajuda (P3, POA).

Compreender as vivências e experiências bem como produzir significados a partir delas, no campo da Educação Social de Rua constituiu-se o desafio principal desta pesquisa, “o ser humano é um ser-no-mundo; existe sempre em relação a algo ou alguém e compreende as suas experiências, ou seja, lhes atribui significados, dando sentido á sua existência” (FORGHIERI, 2002, p. 51). Sabemos que suas vivências e experiências não se produzem apenas por uma via, mas é um resultado de um processo colaborativo entre educador e educando, eles agem o tempo todo em parceria, contaminados um pelo outro, numa ação-reflexão constante, pois sem isso o conhecimento seria algo mecânico e irrefletido.

Por conta da dialética ação-reflexão afirmam-se como sujeitos, seres de relação no mundo, com o mundo, e com os outros, pela mediação do mundo linguagem. Os seres humanos atuam sobre a realidade objetiva e sabem que atuam: podem objetivar tanto a realidade quanto a ação e podem comunicar tudo isso na forma de linguagem (FIORI, 1967, p. 20).

Diante do inacabamento, da incompletude do homem, o conhecimento nunca está pronto e acabado, ele se faz no cotidiano dos seres humanos; é tecido ponto a ponto enquanto existir a necessidade de ser educado e de educar-se (FREIRE, 1989, p. 27). O conhecimento como resultado de processos de ensino-aprendizagem, não é irrefletido, mecânico, não existe do nada, é

uma via de mão dupla na qual educador e educando exercem simultaneamente papéis de protagonistas (PINEL, 2006, p. 276-284).

Freire nos fala constantemente do educador e educando andando juntos, diante de um mundo sempre a ser desvelado, transformado. Para ele é a partir desse desvelar coletivo que ocorre a emancipação, dessa forma é que se tem consciência da opressão, mas esse processo precisa ser sempre coletivo, “[...] Não se pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires” (FREIRE, 2004, p. 86). Aqui no Brasil Paulo Freire sempre colaborou com a formação dos Educadores Sociais e não foram poucas as vezes em que pessoalmente ele nos falava, nos incentivava, mostrando o nosso valor como Educadores Sociais, afirmando que não eramos melhores nem piores que os educadores escolares apenas fazíamos outro tipo de pedagogia.


O conhecimento se constitui na união dos seres, na experiência existencial compartilhada entre educador e educando no mundo em constante inter(in)vencão, num diálogo que envolve uma constante reflexão e ação no campo da Pedagogia Social/Educação Social.

Se eu te contar que tenho aprendido nas ruas com esses guris muito mais que aprendi em toda minha vida, muito mais do que aprendi na universidade talvez você não vá acreditar, mas é verdade, eles não tem idéia que ensinam mais a mim que eu a eles, como tenho crescido com eles... no fim acho que estamos sempre trocando (P3, POA).

Compreendemos assim que o conhecimento que surge da relação educador social e educando é mutável, dinâmico, possível, pois é construído com o outro, quando possui sentido na história humana, na história do ser que é singular, único e que também produz história. A construção com o outro afirma-se “[...]através do diálogo que se opera a superação de que resulta um termo-novo: não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador” (FREIRE, 1980b, p. 78).

Escolho em minha tese três cidades para pesquisa: Salvador, Porto Alegre e Vitória não ocorrem ao acaso. Ao contrário essas escolhas são sempre cheias de sentido e falam de um caminho já percorrido pelos educadores sociais dessas cidades. Porto Alegre possui uma política pública pensada há 16 anos em relação a criança e adolescente em situação de rua. Salvador a ONG Axé, tem assumido uma função que seria do governo e vem desenvolvendo um trabalho há cerca de 15 anos com grande comprometimento e Vitória por ser a cidade onde estou inserida enquanto cidadã, também vem praticando a Educação

Social de rua desde 1987. Essas cidades possuem uma marca histórica de luta e resistência e porque não dizer resiliência em prol da Educação Social, em prol da cidadania de um projeto pedagógico para cidadania onde aconteça principalmente em nossas escolas públicas.



OS POSSÍVEIS CHÃOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A RUA: CAMINHANDO PELA HISTÓRIA...

A Educação Social possui vários campos práticos. Inúmeras são as vivências do Educador Social. Temos Educador social nos hospitais, no campo, o Educador Social trabalhando com meio ambiente, em abrigos, asilos, em prisões, na escola e também nas ruas, a diversidade de contextos educativos sociais desafia, a cada dia o Grupo de Pesquisa de Pedagogia Social da USP

cujo líder atualmente é o professor Dr Roberto da Silva, que tem trabalhado no sentido de produzir ciência através da Pedagogia Social. Nesse contexto proponho ao estudo das ruas o lugar do amparo coletivo. Como entende Espinheira que

[...] a rua sempre é coletiva. Nela, não há lugar para o privado. Na rua entretanto podem-se viver múltiplas identidades simultâneas, pode-se ser até simulacro. Nela se foge das “tirantias da intimidade” que fomulam, modelam, violentam. A rua é um amparo coletivo, o lugar dos desamparados (ESPINHEIRA, 1996).

Apesar de ser um espaço público, a sociedade insiste em privatizar as ruas, quando não permite que esta seja um espaço de todos, a miséria, o abandono são paisagens não aceitas pela sociedade. Para Crianças e Adolescentes que moram nas ruas essa, apesar de toda violência se estabelece como uma alternativa nem sempre pior que suas casas. Mal vestidos, assediando quem passa com pedidos, limpando para brisas de carros, provocam quase sempre uma reação agressiva da sociedade, uma tensão permanente. E o que destaca uma educadora de Vitória: “trabalhar nas ruas não é nenhum conto de fadas, algo tipo um sacerdócio, é um trabalho estressante, ficamos as vezes oito horas direto na rua, é muito para um educador social, tem poluição sonora, violência, sol, policia, tudo junto” afirma um educador sujeito da pesquisa (V1, VITÓRIA).

A criminalidade faz parte do cotidiano das Crianças e Adolescentes que moram nas ruas, bem como dos educadores sociais que trabalham nesse espaço, a imagem de ingenuidade, de inocência, de criança e adolescente, nas ruas desaparece para ser substituída pelo rotulo de marginal. Nas ruas ora são oprimidos quando são perseguidos, linchados, mortos, ora são opressores, quando cometem seus delitos.

A vida na rua, sua sobrevivência e resiliência requer agressividade, este seria um impulso essencial para quem vive nas ruas em constante estado de alerta em um cotidiano onde a violência é presença constante.

Nesse cotidiano está posta a Educação Social de Rua, com uma outra Pedagogia possível. A presença da Educação Social de Rua, por si só, já é uma intervenção na realidade, já é o inicio de um diálogo que deverá manter-se durante todo processo educativo nas ruas:

Várias vezes entrei em lugares horríveis, um deles debaixo da ponte seca em Vitória, nem a policia entrava ali, mas a ansiedade de ir até ao

adolescente era tanta que a segurança deixava de ser prioridade e eu ia ao local, depois que realizava o trabalho e eu parava, eu tremia só em pensar que havia entrado ali, mas na hora a segurança deixa de ser prioridade, deveria, não estou dizendo que estou certa, mas a coisa é quase que intuitiva, loucuras que educador social de rua termina por fazer (V3, VITÓRIA).

Não há dúvida: tenho uma ligação visceral com a rua, com esse não lugar (des)encantado, (contra)ditório, que, por vezes, faz com que esqueçamos os perigos que ela nos impõe. Enquanto a casa no imaginário social é o abrigo, o santuário é o lugar da família, do cidadão, a rua é vista pela sociedade como lugar onde tudo é disperso. O lugar do “não lugar”, o espaço perverso onde se deve ter cuidados. Para o educador social a rua é um espaço gerador de epistemologia distinta, fomentadora de metodologias, formas de conhecimento, mediação com a realidade, o aqui-agora, o espaço do educando e do educador é uma das potências sentidas nas ruas.

Quando comecei a trabalhar na rua como educadora minha visão da rua mudou, antes a rua para mim era vista apenas como um lugar de passagem, um lugar até hostil, porque tranquilo é a minha casa, não imaginava nunca a rua como espaço educativo, e não falo só da questão da educação social de rua, dê uma olhada nas feiras livres, nos guardas de trânsito, as pessoas que pedem informações, as placas de propaganda, tudo isso faz da rua um espaço educativo sim, será que estou variando? [risos] (V1, VITÓRIA).

A Pedagogia Social possui diferentes perspectivas, lugares onde pode ser pensada, repensada e refletida [...] Nós escolhemos as ruas como um espaço de onde podemos pensar a Pedagogia Social e suas práticas educativas produtoras de conhecimento.

“Fazer história é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado” (FREIRE 1987, p. 40), não há dúvida de que enquanto cidadãos, enquanto educadores sociais estamos presente na história das crianças abandonadas no Brasil. Estamos misturados neste contexto histórico com pensamento sempre voltado a emancipação desses nossos educandos. Iremos agora ao passado para que possamos repensar o presente dos Educadores Sociais Brasileiros.

O Ano de 1979 foi instituído como Ano Internacional da Criança e a partir daí a história da criança do Brasil passou a ser pesquisada. Com isso foram criadas as associações e a sociedade civil começou a se articular em defesa das crianças e adolescentes, o que culminou no surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL 1990), criado oficialmente em 1990 (PAIVA, 2006) Esse é um momento histórico de extrema importância para as crianças e adolescentes em situação de rua, pois esse foi um dos raros momentos em que alguns setores da sociedade começaram a ter um novo olhar em relação a essas crianças e adolescentes, um olhar voltado para proteção delas e não da sociedade, um olhar que percebe os valores que essas crianças possuíam e possuem, sua resistência e resiliência, seu ser criança e adolescente em situação de rua. Um Estatuto criado por muitas mãos, inclusive pelas mãos das crianças e adolescentes em situação de Rua que marcham até Brasília, capital federal de nosso país para que possam ser vistas e ouvidas, tal fato só é possível devido ao intenso trabalho do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil, que mesmo num País com as dimensões como o nosso consegue mobilizar todo o Brasil e Educadores para participação deste movimento.

Mesmo com essa importante virada histórica, ainda se tinha muito caminho a ser percorrido. Após vinte anos de denúncias, o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), apesar da mudança do nome as práticas continuaram as mesmas, práticas repressivas embasadas pela Política de segurança Nacional da Ditadura Militar. Assim, no contexto da política do medo e da repressão, pautada na idéia de ameaça do comunismo e de que a sociedade deveria ser controlada nos seus espaços, pois existia um inimigo interno, também as crianças e adolescentes pobres, “os menores infratores”, os “menores desvalidos”, “menores abandonados”, a FUNABEM assim, não se faz eficaz nos seus propósitos originários e reiterou nas suas práticas o caráter de políticas anteriores destinadas a menores (XAVIER 2008). Ai percebemos um lamentável retrocesso em relação ao avanço de 1979, novamente as crianças e adolescentes em situação de abandono são mais uma vez castigadas, talvez por terem nascido pobres, ou terem nascido pobre onde a pobreza é considerada uma ameaça social. Assim como as crianças e Adolescentes em situação de Rua, os Educadores também sofriam com perseguições daqueles que deveriam proteger as crianças, Educadores eram constantemente ameaçados pela própria policia pois segundo estes os educadores “protegiam marginais”, esses chamados “marginais” eram as crianças e adolescentes pobres que por falta de políticas públicas adequadas iam parar nas ruas.

Em 1980, 64% das crianças e adolescentes com idade inferior a 19 anos compunham a população urbana. Das 27 milhões e 690 mil famílias, 48% caracterizavam-se por ter como chefe uma pessoa com rendimento mensal

inferior a 2 salários mínimos, além de abrigar 51,2% das crianças e adolescentes menores de 19 anos. Se a esse dado fossem acrescentados os sem-rendimentos poderia ser considerada a existência de 32 milhões de crianças e adolescentes atingidos pela carência sócio-econômica na década de 1980(RIZZINI,1995).É notório que esses dados alarmantes de situação de pobreza iria ter desfecho nas ruas, a acolhedora rua das crianças e adolescentes que não possuem o direito de ser verdadeiramente crianças e adolescentes.

Mas como o cotidiano é paradoxal, ao mesmo tempo que possui desgraças possui também belezas. Diante desse contexto assusta(dor) surgiram grupos e instituições voltados á área da criança e adolescência.No início dos anos 1980, grupos esses que talvez sejam resultado do movimento histórico de 1970 em relação a criança e adolescente.Esses grupos formam um movimento em torno desse contexto assustador que envolve a criança e o adolescente empobrecido. A ineficácia do Estado em lidar com essa questão, a abertura política, a crise do regime militar, possibilitou aos movimentos sociais sua saída da clandestinidade, a luta em defesa das crianças e adolescentes em situação de rua.Nesse instante histórico percebemos que uma parcela significativa da população iniciou sua luta política por essas crianças e adolescentes.

Engajada na luta pelos direitos das crianças e adolescentes, a sociedade por meio dos movimentos sociais participou ativamente na construção do Estatuto da Criança e Adolescente no Brasil(BRASIL 1990), esse é um período histórico que, ao meu ver foi áureo na história da criança e adolescente em situação de abandono no Brasil.Tanto é que, nesse período, é elaborado um dos Estatutos relacionado a criança e adolescente mais avançados do mundo, esse Estatuto contou inclusive com a participação das crianças de rua, um Estatuto que é tecido por vários atores sociais em um momento de grandes transformações históricas no Brasil e no mundo.

Em 1982, a sociedade começou a discutir políticas públicas relativas às crianças, adolescentes e jovens envolvendo os mais diversos segmentos sociais. Foi exatamente a partir dessas discussões envolvendo inclusive a participação ativa de crianças e adolescentes, que nasceu o primeiro texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei foi sancionada por meio da luta intensa da sociedade civil organizada. As crianças participaram dessa luta por meio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, que foi fundado em 1985, fazendo inclusive uma votação simbólica do Estatuto, quando fizeram várias denúncias: “gostaríamos que os senhores tivessem consciência que menino de rua não é marginal, é marginalizado. Nós não queremos ser violentados, espancados viver sem proteção ou atendimento médico”(Edvaldo Marinho 15 anos, Paraíba) (O Globo, 29/09/1989).

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua com sede em Brasília é uma organização governamental de cunho nacional e tem

representações em 24 estados e no Distrito Federal. Nasceu da luta democrática de militantes, profissionais e de programas de atendimento a crianças e adolescentes contra o autoritarismo. Teve um importante papel no processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na mobilização dessas crianças e adolescentes e atua até nos dias de hoje em sua defesa.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a promulgação da Constituição Federal em 1988 faz o Brasil viver um momento de estreitamento da relação sociedade cível e Estado, por meio da participação- garantida e prevista em lei – da sociedade cível na fiscalização, execução e proposição de políticas públicas em uma conjuntura onde o Estado é entendido como promotor de direitos. Assim inaugurou-se todo um instrumental novo de participação: conselhos de direitos, fóruns, em nível municipal e estadual, além da criação de conselhos tutelares como órgãos de fiscalização, nas comunidades, do cumprimento e respeito aos direitos de crianças e adolescentes. Subsidiou a criação de instâncias específicas e políticas que compuseram o Sistema de Garantias, como **Juizados** especializados da infância e juventude, delegacia de proteção da criança e adolescente dentre outros (XAVIER, 2008).

Essa atuação política e pedagógica foi até meados de 1990, quando devido ao avanço dos processos políticos-econômicos do Consenso de Washington para os países em desenvolvimento, os movimentos sociais se retrairam (OLIVEIRA, 2004, p. 125) o que para o Brasil e para o mundo representa uma perda imensa, pois até hoje podemos sentir o vazio social que esse retrocesso causou. A partir daí ocorre uma transformação da Educação Social.

O Estado “aparentemente” assumiu a tarefa, só que em outras bases. O objetivo principal agora é o recolhimento e depósito das crianças em situação de risco (rua, abandono) em instituições reformatórias como a antiga FEBEM, hoje com novo rótulo, termina então o tempo de movimento de base da Educação Social de Rua, em que cada menino ou menina era visto ao menos nas letras da lei, como uma criança sujeito de direitos. A partir daí, passa-se a criminalizar o comportamento da criança e do adolescente das classes pauperizadas. O próprio campo de trabalho onde existia formação continuada e trocas de informações entre os vários programas brasileiros ficou comprometido. Acabava então uma importante fase da Educação Social de Rua. Contudo não se acabavam as ações de Educação Social promovidas por movimentos populares e ONGS, que resistiam e ainda resistem às cooptações governamentais. Talvez vivamos um tempo hoje em que deveríamos nós da sociedade civil, representados por ONGS, movimentos populares pensar em nosso papel, qual a relação que queremos e pretendemos com o Estado.

Diante de um novo momento e movimento processual da Educação Social o número de crianças e adolescentes em situação de rua, continuava a crescer, e o Estado não oferecia a eles o acesso aos bens sociais como educação escolar, cuidados da saúde, habitação, lazer, segurança - muitos foram mortos por representantes do próprio Estado na função do bem estar social-, erradicação da pobreza e marginalização, na extinção ou minimização da desigualdade social, todos direitos elencados em nossa Constituição em seu artigo art. 5º.

Nos anos 1990 a sociedade se tornou testemunha das violações dos direitos das crianças e adolescentes e as políticas de enfrentamento, se por um lado possibilitou a conquista de vários direitos através da luta da sociedade civil organizada, por outro lado promoveu a participação do processo de aprofundamento das relações neoliberais iniciado pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Posteriormente o governo de Fernando Henrique Cardoso deu novo impulso ao reformismo liberal elegendo como principal meta a diminuição da participação do Estado nas atividades econômicas.

No que diz respeito aos movimentos sociais, a partir da década de 1990, muitos se institucionalizaram, outros se transformaram em ONGS, mudando a sua dinâmica interna e sua relação com o Estado e a sociedade. Como espaços de participação foram inaugurados os Conselhos a partir da Constituição Federal de 1988. O cenário das lutas sociais dos anos 1990 no Brasil foi redefinido, uma vez que uma série de acontecimentos internos e externos influenciaram a mobilização e a participação cotidiana desses movimentos(GHON, 2002).

A relação movimento social/Estado também se alterou. Até a década de 80 essa relação era direta com o apoio das ONG.Nos anos 90 essa relação é intermediada pelas ONGS, ou seja, ocorre o que se chama de “terceirização dos movimentos sociais” (MONTANO, 2005).

Os movimentos de defesa hoje que deveriam reagir á omissão do Estado, sendo seus principais críticos os atores e militantes agora inseridos nas políticas e projetos, percebem-se necessitados dos recursos humanos e financeiros desse mesmo Estado para manterem funcionando seus projetos e trabalhos, tendo que, de alguma forma, manter sintonia com a gestão que está no poder municipal, estadual ou federal(XAVIER, 2008).

Com todo esse caminhar em meio a tantas mudanças,inversão de valores, a situação efetiva das crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil parece mudar muito pouco, o problema social da infância pobre brasileira insiste e persiste num país de políticas públicas não efetivas na vida dessas crianças e adolescentes, quando se pensa em políticas públicas em relação a criança e adolescente em situação de abandono ainda pensa-se em proteção da sociedade. As inovações que aconteceram na história, principalmente em

nossa história recente a partir do Governo Lula, não conseguiram resolver a questão primeira, no que se refere a essas crianças e adolescentes, que seria torná-los sujeitos de direitos, apesar de não podermos negar os grandes saltos dados em relação as mesmas.

Em meio a história das crianças e adolescentes em situação de abandono, em meio aos avanços e retrocessos em 2010 comemoramos no Brasil, os 20 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, O estatuto nasceu como um instrumento de transformação da realidade brasileira. A sociedade brasileira se organizou para criar o Estatuto e esperava que esse de forma processual fosse colocado a serviço da transformação social, afinal era esse o desejo da lei, o desejo abraçado pelos educadores sociais politicamente engajados, mas com todos esses avanços, atualmente em 2010 ainda temos grupos tido como conservadores que ainda consideram a promulgação do estatuto como uma concessão perigosa e lutam até hoje para modificá-lo, hoje mesmo há uma ampla discussão querendo diminuir a idade para criminalizar penalmente o adolescente, um movimento crescendo em 2013.

O discurso de que “lugar de criança é na escola” tornou-se a “grande frase” politicamente correta dita por todos, principalmente após o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo Diniz (2000), a partir daí ocorre o cerceamento da família de forma a devolvê-la o problema da criança e do adolescente de rua, sem haver um enfrentamento real das questões político-sociais, que envolvem a situação de rua em crianças e adolescentes. Na maioria das vezes, as políticas públicas são pensadas por burocratas que não conseguem perceber o que é o existir nas ruas. Órgãos como Conselho Tutelar, de direitos acabam por auxiliar o Estado nessa política de cerceamento, o que na verdade, segundo Diniz, esses órgãos deveriam cobrar do Estado políticas sociais para essas crianças e adolescentes. A sala de aula deve ser o parâmetro de mudança social, mas para isso a evasão escolar nos prova essa mudança social não se configura do desenvolvimento de um conhecimento sem aberturas, preso em grades curriculares, o educando não consegue compreender para que aprender, por isso deixa a escola muito precocemente. Freire nos diz:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por não discutir as implicações políticas ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade (FREIRE, 1999, p. 30).

No cenário de hoje ainda temos as crianças e adolescentes nas ruas, andarilhando sem e com esperança, que sempre me deram um desassossego, indignação, por isso a Educação Social de Rua não confirma um não direito, ao contrário ela existe como processo de intersubjetividade e de encontro [humanidade], numa perspectiva claramente emancipadora. Os Educadores Sociais de Rua surgem na história com a alternativa de uma outra Pedagogia possível, invisibilizados, mas sempre assumindo a luta pela construção de alternativas possíveis e emancipadoras, transforma(dor)as para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua privadas de seus direitos constitucionais. Nesse momento compreendemos a importância da Educação social na vida dessas crianças e adolescentes empobrecidas que experienciam uma situação de rua.

Educadores Sociais de Rua que militam e que acreditam nas ruas como mais uma possibilidade de espaço educacional possível, lutam pela reinvenção de uma escola que acolha essas crianças e adolescentes que têm seu direito a educação negado, pois a escola não foi construída pensando nas crianças mais empobrecidas [se você encontrar uma pesquisa apontando isso seria legal]. Os Educadores Sociais lutam pela cidadania, pela democracia, pela emancipação desses seres humanos por meio do respeito e do diálogo, da alteridade vivida e sentida, lutam pela saída dessas crianças e adolescentes das ruas, uma saída com acesso a direitos básicos como moradia digna, alimentação, lazer, saúde. Assim é pertinente ressaltar que nem todos que atuam nas ruas com crianças e adolescentes necessariamente não são Educadores Sociais de Rua, os Educadores Sociais pensados pela Pedagogia Social, nestes há desejo de emancipação, desejo de suscitar desejos nos educandos, há comprometimento social e político.

Não dá para ficar ensinando essas crianças a ler e escrever aqui no meio da rua, não é certo, não é justo, tem de ter escola para elas, escola onde elas se sintam acolhidas, onde elas queiram ficar, é direito dessas crianças e acho que nós educadores temos sim de brigar por isso (V3,VITÓRIA).

Nesse contexto, histórico, social, cultural, percebo a necessidade de um articular dos princípios básicos da Pedagogia Social com a Pedagogia Escolar, uma imbricação dessas duas maneiras de fazer pedagogia resultaria na construção de um conhecimento significativo que possibilitaria uma prática a favor da transformação social e da emancipação daqueles que hoje são considerados os não cidadãos de nossa sociedade. É necessário que o

preconceito em relação a Educação Social por parte da escola seja quebrado. A Educação Social não é uma área da assistência social, tão pouco é praticada por todos os professores no cotidiano escolar. Ela existe de forma específica e vem se constituindo a cada dia com um embasamento teórico que tem possibilitado indicadores importantes dentre eles a possibilidade destas duas formas de fazer Pedagogia produzir juntas novos conhecimentos significativos e eficazes.

A Escola Porto Alegre é um espaço muito especial. No início quando foi criada, tínhamos um contato muito mas muito próximo com a escola e os educadores de lá um contato grande com as ruas, se abordávamos um guri, e começávamos um trabalho com ele, logo entrávamos em contato com a escola e o educador vinha para rua conosco trabalhar a ida do guri para escola e isso era muito legal, porque o guri começava a sair das ruas pela escola (P4, POA).

O Educador Social está sempre em busca de alternativas, de brechas, e é nessa busca de alternativas que Diniz (2000) nos diz que o educador deve se precaver para que a relação com o educando tenha um caráter pedagógico, ou seja, ela deve ser construída com o educando e não sobre o educando, provocando em seu dizer uma “forçosa socialização”. Segundo Diniz ao cair no desejo de normatização ocorre a perda da tão necessária comparsaria pedagógica.

Eu não fico limitado ao que a secretaria me manda fazer, até porque o que querem é que eu coloque o guri no carro e tire ele de qualquer jeito da rua, se ele voltar amanhã a gente que tire de novo, isso para mim não é certo, olhe minha amiga, quando olho nos olhos do guri ele passa a ser problema meu e aí faço o que posso e o que não posso, não sou um burocrata que fica atrás de uma mesa, não sou um doutor que fica na academia (me desculpe), sou um educador que encara o guri todo dia e tenho de dar respostas a ele (P2, POA).

Em meio a todo esse contexto se faz importante ressaltar que nem todos os projetos sociais, nem todas as atividades desenvolvidas com as crianças nas ruas, constituem-se Educação Social ou estão fincados na Pedagogia Social. Para que isso aconteça, o educador e os poderes constituídos precisam ter intencionalidades, consciência de que a educação é um ato político e isso não se negocia e que o diálogo é essencial em sua prática, é ouvir o outro,

mergulhando no mundo-da-vida, considerando-o sujeito válido, sujeito de direito. Essa talvez seja uma de minhas muitas (in)conclusões sentidas a priori.

É nesse sentido também que, tanto no caso do processo educativo como no ato político, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que, fazemos educação e de a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que, desenvolvemos a atividade política. Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. (FREIRE, 1987, p. 27).

Na rua, neste “não lugar”, tive minha primeira e mais profunda experiência como profissional. Tornei-me uma educadora nômade, talvez tenha aprendido esse nomadismo com os próprios educandos, tudo que vem da rua me instiga e (co)move: coisas de rua! Brincadeiras de rua, gente da rua! Festas de rua, paradas cívicas, procissões, a funcionalidade da rua que como lugar de compras, de trabalho, de serviço, enfim a rua é dinâmica. A rua é o meu espaço pedagógico, assim como o de milhares de educadores sociais, ainda que não legitimizada pelo direito. Um espaço pedagógico possível, que por ser um não lugar não o é para as crianças e adolescentes que nela vivem, nem como espaço público, tão pouco privado. Gey Espinheira² com propriedade nos dizia:

Na miséria não há privacidade, e este é um problema maior. A miséria não cabe num barraco; expande-se, torna-se ostensiva e revela o íntimo das pessoas. Por isso a miséria por vezes enlouquece, brutaliza, mas também não deixa de encontrar brechas para produzir o belo. A rua é sempre coletiva. Nela não há lugar para o privado. Na rua, entretanto pode-se viver múltiplas identidades simultâneas, pode-se ser até simulacro. Nela se foge das “tirantias da intimidade” que formulam, modelam, violentam. A rua é amparo coletivo, o lugar dos desamparados (ESPINHEIRA 1996).

A rua é um local cheio de estigmas, rótulos depreciativos. “Vagabundo” é o que vaga pelas ruas, lugar do aban(dono), lugar desprovido de todo valor,

2 Sociólogo, doutor em sociologia, ex-professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

território de ninguém, lugar onde moram os perigos, os que não pertencem a lugar nenhum, lugar do não lugar, essa é a rua legitimada socialmente.

E por ser assim legitimada, tudo que faz parte dela fica do lado de fora dos altos muros de nossas escolas, “o templo sagrado da educação”, onde acredita-se que nossas crianças entram para serem educadas esquecendo que a educação é uma atividade mais ampla, que prepara para vida que ocorre na família, na rua, na igreja, no trabalho, na escola e em todos os espaços sociais (GRACIANNI, 2009).

Em mais uma (in)conclusão penso que apesar da sociedade legitimar a rua de forma apenas negativa, sou testemunha de uma “outra rua”, que é também refugio, onde os invisíveis das favelas tornam-se visíveis nos bairros nobres e desenvolvem como ninguém resistências. Sua resiliência constitui um mecanismo de sobrevivência, mas que, contudo, não podemos reconhecê-lo como moradia para nossas crianças e adolescentes. “Eu não posso voltar para casa, o macho da minha mãe já disse que é para eu nem aparecer por lá, um dia pequei uma garrafa, quebrei e parti para cima dele, queria me bater, ele não é meu pai, cachaceiro safado, mas minha mãe gosta dele, prefere ficar com ele, então eu prefiro ficar aqui” (M. 14 anos morador de rua de Coqueiral de Itaparica)(Paiva 2006).

Nas ruas mendigam, roubam, transgridem, negociam objetos furtados, contam histórias, tornando sua visibilidade ainda mais ativa. São vistos pela sociedade por sua transgressão como uma fotografia ruim de se ver, e não pela perspectiva humanista que venham enxergá-las como crianças vitimizadas, abandonadas.

Cada vez que estou com um guri na rua me dá um aperto, penso em meus filhos, no carinho que dou, na atenção redobrada quando estão doentes, tudo isso a sociedade tirou desses meninos, então volto sempre para casa com o coração apertado, às vezes, muitas vezes, chego a adoecer apesar de estar há muitos anos como educadora (P4, POA).

Na minha dissertação de Mestrado (PAIVA, 2006)³ observei através da fala e vivência das crianças e adolescentes em que a rua muitas vezes é o seu exílio possível, torna-se sua fuga de toda violência e da crueldade que muitas vezes acometem as famílias mais empobrecidas, os filhos e filhas da miséria,

³ Estudo fenomenológico existencial realizado com crianças e adolescentes em situação de rua.

que como única opção de sobrevivência procuram as ruas, esse lugar de todos, olhada, sem ser vista, por todos, talvez por isso segura para eles.

Eu saí de casa porque minha mãe saiu. Meu pai me pegava sempre e fazia “aquilo” [em tom de voz de sussurro] comigo! Contei para minha mãe isso e ela contou isso para a polícia. Mas ele não ficou preso, aí começou a bater na minha mãe e ela sumiu. [...] Prefiro ficar aqui debaixo da ponte com os meninos, ninguém mexe comigo por que os meninos não deixam, mas agora eu estou esperando neném, acho que vou voltar, meu pai quer que eu volte, mas tenho medo [...] [P., portadora do vírus HIV, 14 anos de idade; grávida de 6 meses] (PAIVA, 2006)

Como educadores sociais, que necessitamos mergulhar nas histórias de vidas dessas crianças e adolescentes, sentimos todo o paradoxo desse espaço educativo chamado rua, lugar de perigo que se transforma em lugar de segurança, lugar de fome que se transforma na única alternativa possível de sobrevivência. Em situação de pobreza, afirmamos que o antagonismo existente entre a casa e a rua não é verdadeiro, na casa dos vitimados, dos oprimidos, não há um universo íntimo, um porto seguro, assim como a rua, lugar de todo desespero, muitas vezes se transforma na única esperança.

Apesar de teoricamente a rua ser um lugar público, toda criança e adolescente nessa situação, bem como o Educador Social de Rua, sabe que ela é um lugar marcado pela territorialidade, que muitas vezes acaba contribuindo para definição enquanto grupo, enquanto protegido.

Aqui todo mundo é irmão, é tia [...] Mexeu com um tem de mexer com todo mundo. Esses dias a gente pegou um ‘playboyzinho’ na praia, juntou toda ‘galera’ nele, porque ele queimou o pé de Cachorrão [apelido de um menino] quando ele estava dormindo [...] Na maior covardia [F. 13 anos de idade] (PAIVA, 2006).

Diante de um retrato de meninos e meninas sobreviventes, a sociedade sempre foi historicamente intolerante com os grupos que vagam pelas ruas, que se encontram geralmente nos sinais ou em áreas nobres das grandes metrópoles, mal vestidos, mal cheirosos que assediam, furtam, e quase sempre de maneira ágil conseguem livrar-se dos que os perseguem, desaparecendo

nas rugas, nos labirintos das ruas movimentadas. A reação popular é agressiva, a tensão explode a cada caso e se são alcançados, de uma maneira geral, são xingados, espancados e culpa-se o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trombadinha, pivete, menor, são designações que substituíram o ser criança e adolescente, como se eles não os fossem.

Nesse quadro não muito otimista temos as drogas, hoje o crack, que manifesta de forma extremamente destruidora, que possuem uma função significativa: ora serve para “enganar” a fome, a dor, a inexistência de ser, ora encorajam para luta, a criminalidade, ajudam a transgredir. As drogas sempre estiveram presentes nas vidas das crianças e, atualmente, vem preocupando ainda mais os educadores. O uso do crack⁴, por crianças muito pequenas, deterioram de maneira assustadora seus usuários, levando-os a morte em pouco tempo, dificultando qualquer tipo de vínculo, essa é uma situação que desafia a Educação Social de Rua hoje, porque o educando está diferente, a droga pesada tem mudado seu comportamento, esse é verdadeiramente um desafio, a droga pesada chamada crack e o espaço pedagógico chamado rua, como o educador social de rua pode lidar com essa situação?

Nossa Constituição Federal de 1988 é clara em seu artigo 7, no qual se consagram além de direitos políticos, os direitos sociais, que todos os cidadãos brasileiros tem, independentemente de sua classe social. Nesses, estão desde o direito ao emprego, passando pela saúde, lazer, atendimento pelo setor público, mas não são garantidos aos que fazem das ruas seu lugar de morada. Nas ruas crianças na tenra idade fazem uso de drogas pesadas e ninguém se importa desde que essas não sejam agressivas e que de preferência fiquem longe dos olhos daqueles que passam.

Observamos um processo de elitização do direito, no entanto, queiramos ou não, as crianças e adolescentes em situação de rua estão em nossa sociedade mostrando suas chagas, tornando-se cada vez mais visíveis, ainda que a sociedade queira invisibilizá-la o tempo todo, recolhê-las, como se recolhe lixo, para que fiquem longe dos olhos sociais.

Essas crianças e adolescentes em situação de rua parte do exército dos não cidadãos aqueles que não possuem na prática os direitos civis, políticos e sociais tão bem definidos em nossa constituição para proteger o cidadão; para eles não há vida digna, direito a educação, saúde, trabalho, por isso são considerados socialmente refugio humano.

Você é educadora e você sabe, é juiz, delegado, conselho tutelar, todo mundo vê essas crianças, mas elas ao mesmo tempo passam invisíveis, agora se surgir uma criança de classe média “perdida” todo

⁴ Substância entorpecente ilícita.

mundo se mobiliza para ajudar, pois aquela criança não pode ficar só, não são consideradas crianças muito menos adolescentes e muito menos pessoas com direitos os nossos meninas e meninas que estão nas ruas (Sl, SALVADOR).

Por serem consideradas “não humanas” elas necessitam de agressividade para lutar contra o poder público, que se apresenta para elas como policiais, e precisam lutar contra os justiceiros que querem a “limpeza”, a higienização das ruas.

Dei carrera mesmo tia, dei o maior carrerão na menina metida a besta que passou aqui segurando a bolsa e olhando para mim, não sou bicho!!!!!! Eu peço, não roubo de ninguém não, mas se passar olhando para mim como se fosse bicho então eu mostro quem é bicho, saí correndo atrás dela e ela gritando [risos] (T. 14 anos) (PAIVA, 2006).

Vagam nômades, com seu capital social possível constituído de seus códigos, valores, estéticas e éticas próprias de seu grupo; como andarilhos que quase sempre não conseguem ver belezas no cotidiano que os absorve, a sociedade vê, com bons olhos, crianças e adolescentes em situação de aban(dono), que são assim consideradas refugio humano⁵ e precisam ser recolhidas com o sem sua permissão. O estigma de lixo humano, de marginal marca como se fosse uma tatuagem mal feita e dolorosa na alma dessas crianças e adolescentes. E assim e escrita a história das crianças e adolescentes em situação de abandono no Brasil, uma história marcada pelo descaso, mas também marcada por lutas dos que aprenderam a olhar essas crianças como crianças como parte importante da história brasileira.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua ,através da Comissão do Espírito Santo esteve atenta a todos os acontecimentos do Estado do Espírito Santo com relação á criança e ao adolescente, bem como registrou com angústia á questão da violência, impunidade e maus tratos existentes aqui, sendo que o ano de 1996 foi marcante com o assassinato de 06(seis) adolescentes dos núcleos de base da Serra, destacando o assassinato de “Paulo Pereira”, que fazia parte da comissão de animação no Estado, várias ameaças graves contra educadores da Serra e Colatina, diante da defesa dos

5 O sociólogo polonês chamado Zygmunt Bauman que tem se dedicado ao estudo das vicissitudes da modernidade e da pós-modernidade. Em um livro intitulado Vidas desperdiçadas, Bauman (2005) problematiza a condição de seres humanos que, literalmente, sobram no mundo contemporâneo. Apresenta, então, o conceito de “refugio humano” para se referir a essas pessoas.

direitos. O Movimento no Espírito Santo carregava a marca de luta em defesa da vida contra a impunidade, gritando por justiça e cidadania, destacamos nesse processo educadores como Maria de Lourdes Miranda, coordenadora Estadual, Elizabeth Luciana dos Santos, colaboradora e Luis Carlos da Silva. A estes certamente o povo do Espírito Santo deve muito de sua políticas públicas em relação a criança e adolescente.

Nessa época havia um vínculo de confiança total da criança e adolescente na figura do Educador que trabalhava com total independência em relação aos órgãos do Estado. Havia nesse período um incentivo a participação das crianças e adolescentes no que diz respeito á defesa dos seus direitos, o movimento de defesa das crianças e adolescentes nesse período trazia em sua filosofia, a pedagogia da autonomia, com a formação política dessas crianças e adolescentes, com a teoria de Paulo Freire atravessando os espaços de vivências do movimento no Espírito Santo.

Hoje nenhum dos Educadores acima citados atuam com crianças e adolescentes, procurados disseram não acreditar nas políticas públicas atuais para a Criança e Adolescente, a falta de independência segundo os mesmos “engessa” o querer/fazer dos educadores atuais.

Ter Freire como um dos principais interlocutores foi uma grata satisfação, sendo que às vezes me sentia literalmente dialogando com ele, fazendo-lhe perguntas e obtendo respostas. Ouvir para Freire é uma atitude pedagógica, é um saber escutar. Para o Educador Social de rua essa virtude pedagógica é essencial, exigindo constante exercício de aprender a ouvir, escutando pacientemente, não sobrepondo seu discurso, mas não se omitindo de discordar. Ao ouvir o educador criará vínculos com seu educando. Teoricamente Paulo Freire foi meu grande companheiro de pesquisa. Não percebi nas falas dos educadores simples denúncias, mas grandes anúncios de suas necessidades, de suas práticas cotidianas, de sua forma de fazer pedagogia nas ruas que, minimamente, nos levarão a pensar.

Diante deste contexto , deste caminho pela história podemos observar a importância que tiveram as crianças e adolescentes em situação de rua na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, até hoje lutamos para que o mesmo se torne uma realidade, já passaram mais de vinte anos, muitos deram literalmente a vida por ele, hoje muitos falam em mudar o que foi construído pela sociedade civil organizada junto com as crianças e adolescentes , mas ainda percebemos que há um grupo forte que resiste, que não foge a luta, a luta por uma educação cidadã.



A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO OUTRO ESPAÇO POSSIVEL

O debate hoje sobre educação passa por novos espaços educativos, como mídia, rádio, TV, vídeo, igrejas, sindicatos, empresas, ONGS, espaço familiar, internet, espaços no campo, espaços dentro da escola porém fora da sala de aula, que não podem mais ser ignorados. Compreendo que a escola com suas grades e currículos, que devem ser revistas sempre, pois estamos em constante transformações sociais, é um espaço educativo importante, lugar de lutas, ainda um dos palcos de esperança para os oprimidos, mas limitar -se a essas grades e currículos a docência como única e principal formação na escola seria como observar somente uma parte do mundo em que vivemos, estreitando os nossos imensos horizonte pedagógicos. A educação é comunitária, é coletiva, é dinâmica, com funções diversas ora definidas ora não, mas sempre intencional. Aprendi na práxis da Educação Social de Rua onde atuei mais de 27 anos, que a escola não é a reserva natural da formalidade e nem do rigor pedagógico. “A escola não se constitui no único espaço de formação e informação do ser-ai-homem” (PINEL, 2006).

Nesse sentido Vigostsk também nos ajuda a compreender como ocorre a educação quando afirma que:

No fim das contas só a vida educa, e quanto mais amplamente ela irromper na escola mais dinâmico e rico será o processo educativo. O maior erro da escola foi ter se fechado e se isolado da vida com uma cerca alta. A educação é tão inadmissível fora da vida quanto a combustão sem oxigênio ou a respiração no vácuo. Por isso o trabalho educativo do pedagogo deve estar necessariamente vinculado ao seu trabalho criador, social e vital (VYGOTSKY, 2001, p. 456).

O debate hoje sobre educação passa por novos espaços educativos, como mídia, rádio, TV, vídeo, igrejas, sindicatos, empresas, ONGS, espaço familiar, internet, espaços no campo, espaços que não podem mais ser ignorados. Compreendo que a escola é um espaço educativo importante, lugar de lutas, ainda um dos palcos de esperança para os oprimidos, mas me limitar a ela seria como observar somente uma parte do mundo em que vivemos, estreitando os meus horizontes. A educação é comunitária, é coletiva, é dinâmica. Aprendi na práxis da Educação Social de Rua que a escola não é a reserva natural da formalidade e nem do rigor pedagógico. “A escola não se constitui no único espaço de formação e informação do ser-ai-homem” (PINEL, 2006). Eu diria hoje que a sala de aula, com seus currículos e grades, com sua função principal que é a docência não pode mais continuar existindo ante as transformações que vem ocorrendo em nosso mundo, transformações estas que impõe a escola uma abertura para outras práticas pedagógicas possíveis e a realização de trabalhos imbricados, sem dicotomias que os separem ou que os coloquem em polos opostos.

Pre(ocupo)-me aqui com dinâmica, sua origem, o processo da educação que é global, social, que é coletivo, no sentido mesmo da palavra e acontece ao longo da vida. O objetivo da educação é capacitar o indivíduo para viver em sociedade (PETRUS, 2003). A Educação Social dada a sua complexidade costuma ser mais hábil, flexível, versátil e dinâmica. É uma prática pedagógica da Pedagogia Social que se transforma num instrumento de promoção, libertação pessoal e comunitária, contribuindo para construção de um mundo mais justo.

Importante frisar que apesar da prática da Educação Social pode ser referenciada, principalmente em Paulo Freire, através da educação popular, através da educação popular, Paulo Freire nos fez pensar em outras pedagogias possíveis e outros currículos mais flexíveis, nos fez pensar também o quanto o excesso de normatização, tão existente hoje em nossa educação escolar, faz com que o pedagógico seja muitas vezes esquecido.

Após o I Congresso Internacional de Pedagogia Social (CIPS), em 2006 organizado pelo Professor Dr. Roberto da Silva e equipe, passa-se a discutir

a Pedagogia Social como uma possível Teoria Geral da Educação Social, abrangendo também a Educação Popular, Educação Comunitária e a Educação Sócio-comunitária, todas anteriormente classificadas sob o rótulo de Educação não formal.

Procuro nesse texto analisar a Educação Social a luz do referencial teórico e metodológico da Pedagogia Social, não esquecendo que nossas raízes encontram-se na educação popular, sendo isso bem próprio do Brasil, outros países principalmente europeus a Educação Social tem origem em outras bases teóricas, apesar de Paulo Freire ser um dos principais teóricos utilizados na Finlândia, Portugal, Espanha no que se refere a Educação Social.

A Pedagogia Social se caracteriza principalmente por ter uma perspectiva pedagógica, educativa com e fincada no social. Com o avanço da legislação em relação à criança e o adolescente, com a obrigatoriedade da sua presença na escola, a educação escolar viu surgir uma demanda que a escola não tinha preparo para receber, crianças empobrecidas entraram na escola e junto com elas suas histórias de abandono, maus tratos, violação constante de direitos, conflitos com a lei, situações diferenciadas, e o educador escolar não teve formação inicial e possui dificuldades de formação em serviço para lidar com elas, diante desse novo fato a discussão da Pedagogia social no Brasil vem corroborando o atendimento dessas demandas que surgem fora da escola e principalmente dentro dela.

Em 2007, com o aumento desta demanda na escola o Governo Federal firma com a sociedade o Compromisso Todos Pela Educação. O objetivo é que , em 2022, bicentenário de nossa Independência, o aproveitamento de nossos estudantes seja melhor do que é hoje. Assim surgiu o PDE – a implantação nas escolas , da Educação Integral, em jornada ampliada- foi criado, pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto 7083 de 27/01/2010, o Programa Mais Educação(<http://portal.mec.gov.br/secad>)

Surge o programa então nas escolas de periferia, principalmente as que haviam crianças “em risco social e pessoal”, o objetivo do programa Mais Educação seria a ampliação de tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem, não para todos, mas inicialmente para os mais necessitados o que de imediato causou um estigma negativo, ou seja faz parte do programa o que é o “pior” o mais “pobre” o mais “necessitado”, causando na escola o que Paulo Freire chama de Pasmio Pedagógico.

O Governo toma essa medida que não é de todo ruim é bom que se deixe claro neste texto com o objetivo de manter na escola as novas crianças que começavam a frequentar a escola, com a universalização da escola cada vez maior, com incentivos financeiros para se manter essa criança na escola era preciso tomar medidas urgentes e emergentes que chegavam nas escolas maltratadas pela vida.

Diante desse Pasma Pedagógico o docente não sabia o que fazer, afinal, sua formação inicial e porque não dizer também continuada não lhe dava subsídios para lidar com esta parcela da população que antes não frequentava a escola, de imediato então ampliava-se o tempo de aprendizagem sem expandir a sua qualidade, não havia profissionais que soubessem lidar com outro tipo de currículo que não fosse o currículo formal dado pelas secretarias de educação.


Forma-se então então no Município uma espécie de apêndice chamado Mais Educação e Escola Aberta, que fica na secretaria de educação mas que não é imbricada nela, a parceria governo Estadual e Municipal é quase inexistente e o programa continua a expandir-se em termos numéricos. A Educação Integral deveria envolver formar informar o tempo todo, rumo a ações educadoras, mas não dentro de um eixo curricular tão duro, não sem antes mexer nas funções existentes dentro da escola, é preciso colocar outros atores para atuar neste novo contexto.

Governantes e lideranças sociais seriam responsáveis por promover diálogo entre o poder público, a comunidade escolar e a sociedade cível, para assegurar o compromisso coletivo de construção de um projeto de Educação Integral que estimule o respeito aos direitos humanos e o exercício da democracia, com a participação qualificada dos alunos nos processos de discussão de como agir para melhorar suas sociedades (SEB/MEC,2011 pg 26). Diante do tamanho da complexidade da pressa de agir, esse diálogo não ocorreu, e assim como a Educação Integral se tornou um apêndice nas Secretarias de Educação a mesma se tornou também um apêndice na escola, um contra turno estigmatizado, com mais do mesmo, muitas vezes sem intencionalidades, desafiando a escola cada vez que os educandos chegam para o contra turno.

Não podemos negar os saberes fazeres de muitas escolas no contra turno, a criatividade estimulada, a coletividade sendo exercida de forma genial, mas não é uma regra, esta existe porque educadores sociais conscientes de seu trabalho e de sua identidade se propõe a vencer o obstáculo do estigma das crianças do contra turno, que muitas vezes usam coletes ou faixas para serem identificados o que os torna “menos que” para a escola.

Geralmente nunca existe na escola um lugar ideal para esses alunos, são jogados para qualquer canto, seu barulho incomoda, sim porque no currículo tradicional, nas salas de aulas tradicionais não existe barulho o que deve existir é o silêncio sempre. As reclamações dos professores dos currículos tradicionais reclamam muito, do barulho, das crianças preferirem estar no contra turno, da pseudo destruição da escola por essas crianças, enfim, diretores tem de lidar com listas imensas de reclamação.

E a realização deste humanizar políticas sociais e educacionais, fica a cargo de quem? Para quem? Quem realizaria a educação chamada integral?



A PEDAGOGIA SOCIAL E SUAS IMBRICAÇÕES COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA

Diante deste cenário complexo, onde as crianças estão dentro da escola, o governo tem um tempo ampliado, e os atores que trabalham pedagogicamente essas crianças parecem muitas vezes estar em pé de guerra, surge como alternativa pedagógica a pedagogia social.

A Pedagogia Social se constitui hoje a minha escolha acadêmica. “Antes de escolher sempre tenho dúvidas... só depois de fazer a escolha e de concretizá-la tenho a certeza do que assumi... e do que renunciei, vivencio a amplitude de minha realidade quando estou diante de minhas possibilidades” (FORGHIERI, 2002, p. 49). As possibilidades da Pedagogia Social hoje no Brasil se constituem um caminho a ser desvendado e compreendido, devido a este fato não tenho medido esforços para de alguma forma contribuir com essa minha escolha acadêmica e porque não dizer, com essa minha escolha de vida.

Consigo vê-la em todos os espaços possíveis com os mais variados desenhos pedagógicos criados, inventados no dia a dia pelos educadores sociais, neste espaço a criança apreenderia os valores essenciais para tornar-se um cidadão.

Andarilho por esse caminho por perceber e sentir que a Pedagogia Social é hoje no Brasil uma ciência ainda em construção e que a compreensão de suas práticas por meio da Educação Social certamente contribuirá para o aprofundamento dessa ciência. Oliveira (2004, p. 27), dizia em 1994 que era inadmissível para ele que um fenômeno tão importante como o avanço pedagógico trazido pela Educação Social de Rua não se fizesse presente tanto quanto o país merecia e necessitava. É nesse sentido que o Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social da Universidade de São Paulo⁶, bem como a Associação Brasileira de Pedagogia Social⁷, trabalha para que a Pedagogia Social se faça cada vez mais forte e importante nos espaços sociais do Brasil e do exterior, bem como em nossas academias, sem desmerecer em nenhum momento a importância e o fortalecimento da Pedagogia escolar, aliás neste texto pensamos essencialmente num imbricamento das duas afirmando que a Pedagogia Social está para além e para além dos muros da escola, através de sua tessitura teórica podemos sim vislumbrar nossas crianças, todas as crianças e não apenas as estigmatizadas de “mais pobres” com mais tempo na escola, mas não mais tempo do mesmo, de um currículo duro dividido em grades que mais aprisiona que liberta, pensamos na pedagogia social como a possibilidade real de fazer a educação social correr pelas veias de nossos espaços educacionais formais.

No Brasil, o olhar da pedagogia tem se voltado quase que exclusivamente para a escola, para o currículo, para dentro de sala de aula e tendo o docente como principal ator e muitas vezes responsável pelo chamado sucesso e fracasso escolar dos alunos, pouco se ocupando com a educação que de maneira forte ocorre fora dos âmbitos das salas de aulas, ocorrem nos corredores, nos recreios, no jogo de bola, no xadrez. Talvez isso ocorra por não ser possível sistematizar ou colocar numa grade curricular o saber que é produzido além

6 Em 2006 a Faculdade de Educação da USP (Feusp), realizou o I Congresso Internacional de Pedagogia Social, com mais de 800 participantes, resultando em 54 artigos publicados na Scielo. Em 2008, a Feusp realizou o II Congresso, também com mais de 800 participantes, resultando em 15 artigos publicados na Scielo. Em 2009 realizamos as Jornadas Brasileiras de Pedagogia Social, com 12 edições, sendo três delas no exterior (Portugal, Cuba e Alemanha). Foi publicada a coletânea Pedagogia Social, com nove autores brasileiros e nove autores estrangeiros. O CIPS, assim chamados os congressos, é o segundo maior evento realizado pela Feusp. Os congressos têm como objetivos: consolidar a Pedagogia Social como área de conhecimento das Ciências da Educação; definir as estratégias de luta pela regulamentação da Pedagogia Social e da Educação Social como profissões e; avançar quanto à definição dos perfis desejáveis para do Pedagogo Social e do Educador Social.

7 Entidade representativa da categoria, em abril de 2010 foi instalada a Associação Brasileira de Pedagogia Social (ABRAPSocial) com a eleição de sua primeira diretoria.

dos currículos pensados longe dos alunos. Sem dúvida o ensino formal abriu suas portas para que todas as crianças brasileiras entrassem, contudo a porta de saída também se abriu a partir do momento em que a escola não dá conta de compreender o ser dessa criança diferenciada que hoje entra na escola, as relações que ela possui, especialmente as crianças pobres de nossa nação. Além disso, muitas vezes observamos profissionais da Pedagogia de sala de aula que desconhecem totalmente a Pedagogia que se produz fora da sala, ou não dá nenhuma importância a esta, escola e o número de educadores que tem se voltado para essa área de conhecimento e vem colaborando com seus saberes no processo diferenciado dessa outra ação pedagógica, que não é uma pedagogia melhor nem pior, apenas uma outra pedagogia possível, nós que fazemos Pedagogia Social não acreditamos em dicotomias quando falamos em educação, acreditamos na mudança da sociedade que não se dá sem a participação efetiva da educação voltada para o direito da criança, principalmente o Direito a Educação que é a base da cidadania.

A Pedagogia Social surge no Brasil como um caminho para se pensar de forma científica a Educação Social, os saberes/fazerem que são produzidos em outros espaços que não sejam o escolar, um novo paradigma alternativo e aberto que vem refletindo a complexidade da sociedade que vivenciamos, caminho esse que não devemos desprezar, pois seu conteúdo é riquíssimo para a ação do educador e o desenvolvimento do educando. Ela não é uma novidade em si, pois surge a partir da raiz da educação popular, fazendo com que a academia assuma sua responsabilidade diante esse importante olhar para outras pedagogias possíveis.

A Pedagogia Social é reconhecida como ciência destinada à formação profissional, ainda que com diferentes matizes para contemplar a especificidade de cada país (SILVA; SOUZA NETO; MOURA, 2009). Portanto, não é propósito dessa Pedagogia utilizar-se de modelos prontos ou produções discursivas de outros países. A especificidade, a singularidade econômica, política e social é que darão a tonalidade da Pedagogia Social no Brasil, que representa hoje um outro modo de pensar a educação, que não pode ser classificado de melhor ou pior, mas é, sim, um outro olhar.

No Brasil já temos alguns títulos publicados sobre o tema, mas ainda insuficientes para atribuir à Pedagogia Social o mesmo status científico já alcançado nos países europeus. O professor Roberto da Silva⁸, um dos expoentes da Pedagogia Social no Brasil, tem sempre nos alertado no que se refere aos difíceis caminhos que teremos que trilhar para elevar a Pedagogia

8 Erros de interpretação, de julgamento, de sentença, de condenação, de políticas públicas etc, foi esse conjunto de injustiças sociais, sentidas na própria pele, que levou Roberto da Silva a se tornar um doutor em educação empenhado em desenvolver pesquisas voltadas para adolescentes em situação de rua. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), ele entende a formação acadêmica como legitimação do conhecimento adquirido ao longo da vida.

Social ao mesmo status científico que adquiriu na Alemanha⁹. Ele também reconhece que a Pedagogia Social em construção no Brasil é processual, contínua e dialógica e tem como matriz epistemológica a Educação Popular e Comunitária historicamente construídas por meio dos movimentos populares. A maneira como surgiu a Pedagogia Social na Alemanha difere da forma como surgiu no Brasil, que tem sua origem na pedagogia freiriana, que propiciou transformações incríveis, não só em educadores, mas também em educandos que saíram de sua ingenuidade para a esfera crítica, da passividade para a militância em movimentos sociais, sindicais e populares, da descrença para esperança de que as coisas poderiam mudar (GRACIANI, 2009, p. 211).

Vivemos hoje no Brasil um momento de desvelamento teórico em relação à Pedagogia Social, um momento de pesquisa em que vários pesquisadores em educação escolhem o campo da Pedagogia Social para sua produção. Esse desvelamento e revelação da realidade acontece num processo de intersubjetividade, de diálogo e de comunicação, lembrando que a questão da intersubjetividade é essencial a qualquer forma de conhecimento.

Esse movimento acontece hoje principalmente na Universidade de São Paulo, Mackenzie, Unicamp e Universidade Católica de São Paulo e por meio dos esforços do grupo de pesquisa de Pedagogia Social, bem como a Associação Brasileira de Pedagogia Social, que tem como seu principal articulador o professor Dr. Roberto da Silva. Esse movimento tem se estendido a outras Universidades de outros Estados por meio das Jornadas Brasileiras de Pedagogia Social. O lançamento do importante título Pedagogia Social¹⁰, congressos, cursos de formação, jornadas organizadas em todo país, bem como a criação Associação Brasileira de Pedagogia Social vem dar um salto qualitativo na Pedagogia Social brasileira, ajudando-nos a entender a teoria de nossa prática enquanto Educadores Sociais.

9 Na Alemanha a Pedagogia Social surge após a segunda guerra para tentar solucionar o problema social gerado pela guerra.

10 Organizado por Roberto da Silva (USP), João Clemente de Souza Neto, (Mackenzie) e Rogério Moura (UNICAMP), o livro é uma coletânea com os principais textos e conferências apresentados durante o I e II CIPS além de artigos especialmente escritos para esta edição. Os 9 autores estrangeiros apresentam uma visão geral sobre a Pedagogia Social na Alemanha, Itália, Finlândia, Espanha, Portugal e Uruguai. Os 9 autores brasileiros, todos pioneiros no estudo do tema, desenvolvem reflexões sobre a aplicabilidade da Pedagogia Social em contextos diversos da realidade brasileira. O livro aborda a Pedagogia Social como uma nova área de conhecimento das Ciências da Educação e delinea seus campos de atuação, de formação e de pesquisa no Brasil. As perspectivas de regulamentação da Educação Social e da Pedagogia Social como novas profissões são melhor evidenciadas com a apresentação dos documentos norteadores desta prática nos países estrangeiros. No livro há subsídios teóricos e metodológicos para ressignificar o que até hoje é pejorativamente classificado como Educação não-formal no Brasil. O livro foi inteiramente financiado pela FAPESP, com apoio da Cátedra UNESCO Juventude, Educação e Sociedade e publicado pela Editora Expressão & Artes, 2009.

Convém esclarecermos que os termos Pedagogia Social e Educação Social, não são sinônimos. Pedagogia Social é disciplina científica, teoria que irá fornecer as ferramentas para a Educação Social que é a práxis, contudo, uma está intrinsecamente ligada à outra.

A Pedagogia Social exige um processo permanente de teorização sobre a prática, para o avanço histórico do movimento popular que se insere. A criação e recriação dos fundamentos metodológicos favorece a formação sólida e consistente da postura do Educador Social, principalmente transformando-o e um agente multiplicador, ou seja, formador de formadores, na prática social, junto aos setores populares. Os momentos de reflexão e de sistematização coletiva favorecem o crescimento, a autonomia e a independência dos educadores sociais, bem como a autocrítica e a autorevisão constante de seu processo como agente de mudança, também do grupo com o qual partilha sua ação educativa (GRACIANI, 2009).

A Pedagogia Social que surgiu no Brasil alicerçada pelos princípios da Educação Popular, por ter características libertadoras, emancipadoras, pensa em seu educando de forma plena, no entanto singular. Ele é único na sua maneira de ser, na sua forma de se constituir como ser incompleto nos diversos contextos, essa é uma visão essencial que o educador precisa ter para poder atuar efetivamente em um cotidiano tão complexo como é do seu educando.

A Pedagogia Social caracteriza-se, pois, como um projeto radical de transformação política e social uma vez que: propõe inicialmente criar uma teoria renovada de relação homem, sociedade e cultura, como uma ação pedagógica que pretende fundar, a partir do exercício em todos os níveis de modalidades da prática social uma educação libertadora (GRACIANI, 2009, p. 211)

Como uma ciência, complexa que vem se constituindo, pois os níveis de atuação e seus espaços de intervenção que são extremamente variados pelos locais, faixa etária, faz com que o Educador Social seja, necessariamente, um intelectual orgânico¹¹ (GRAMSCI, 1989), um mediador em situações de conflito, de desenvolvimento de potencialidades, pois este deve estar sempre

11 Gramsci diferencia o intelectual tradicional, que se caracteriza pelo seu afastamento da classe social, e o orgânico, que surge no interior da própria classe, dando sentido e organicidade.

atento a interpretar o mundo no qual se coloca em seu espaço educativo e se desenvolve.

Graciani (2009) de maneira muito feliz nos descreve que a Pedagogia Social não exige apenas competência técnica especial do educador, talvez esse seja um dos nossos diferenciais, mas também solidariedade humana e compromisso político com o educando uma vez que o que almejamos com nosso educando é que ele seja um sujeito de direitos, que tome posse de sua cidadania, que tenha desejos e que os realize de forma plena dando fim a um ciclo de marginalidade ao qual foi submetido devido às desigualdades sociais.

Diante dos horizontes que vemos com a Pedagogia Social percebemos como é próxima sua relação com a pesquisa, uma vez que o trabalho sociopedagógico deve ser sempre planejado, “empapado”¹² do cotidiano de nosso educando, com um olhar refletido e reflexivo, e assim fazendo acontecer a produção do conhecimento.

Porque, a produção do conhecimento e o conhecimento deste conhecimento são necessários para compreender profundamente o próprio contexto do trabalho, ou seja, a realidade social no sentido histórico, cotidiano, político, social, econômico, cultural. Pode-se dizer que sem pesquisa entendido numa maneira ampla não existe práxis sócio-pedagógica (RYYNANEN, 2009).

A Pedagogia Social é um inédito viável¹³, um acreditar em um outro possível processo educativo que na verdade já ocorre nas margens, nas diversas periferias. A palavra inédito-viável é empregada por Freire na obra Pedagogia do Oprimido (1980), é carregada de crenças, sonhos, desejos, aspirações, medos, angústias, ansiedades, vontade de fazer; essa palavra nos diz em seus modos de ser e fazer que devemos nos incomodar, nos inconformar e lutar por mudanças.

Olhe, eu não sei se o que eu faço é Pedagogia Social, Educação Social, educação popular, não sei lhe dizer a diferença dos conceitos. Eu sei que quando saio para as ruas saio acreditando no potencial de mudança daquele guri ou guria e que de alguma forma eu posso ajudá-lo a se ajudar a despeito de tudo, mesmo que tudo esteja dizendo o contrário, saio para educar, não sou professora deles, sou educadora,

12 Expressão usada por Paulo Freire para indicar que o educador deve estar totalmente imerso no cotidiano do educando para que dele possa emergir.

13 O inédito-viável é pois, uma categoria freiriana que encerra nela mesma toda uma crença no sonho e na possibilidade da utopia. Na transformação das pessoas e do mundo. É, portanto, tarefa de todos e todas (FREIRE, 2000).

tenho convicção que trabalho com educação a partir do momento que me encontro com ele em uma esquina e olho em seus olhos (P4, POA).

Sentimos a Pedagogia Social Brasileira hoje, como uma obra em construção, e como tal ainda não se tem todas as respostas, não se tem todo o arcabouço teórico que gostaríamos, mas a pedagogia freiriana nos impulsiona enquanto grupo a seguir construindo, nos possibilita a reflexão, a ação. Essa construção ocorre até mesmo quando ouço os discursos dos Educadores Sociais de Rua que me permitem aprender e a ensinar em um só tempo, discursos transbordantes de emoção, paixão, razão e vontade de construir.

Eu posso até adoecer em ver a situação dos guris nas ruas, muitas vezes adoço mesmo Jacyara, mas eu tenho paixão pelo meu trabalho, eu trabalho com gente, com aqueles que ninguém mais acredita, e ver um guri desses ressurgir, voltar à vida para mim é tudo, não é ingenuidade, é paixão pelo que faço, é vontade de que tudo dê certo, que as pessoas que tem o poder se sensibilize a ponto de meu trabalho na rua deixar de existir porque não tem mais guri na rua (P5, POA).

Para Graciani (2009) a Pedagogia Social exige um processo permanente de teorização sobre a prática para o avanço histórico do movimento popular no qual se insere, os movimentos de reflexão e de sistematização coletiva favorecem o crescimento, a autonomia e a independência dos Educadores Sociais.

Paulo Freire recomendou aos educadores e não só aos brasileiros: “escrevam pedagogias e não sobre pedagogias”, incitando-os a desenvolver métodos e técnicas adequadas para lidar com a diversidade da população e de suas experiências. Uma Pedagogia Social é necessária para dar conta dos novos paradigmas instituídos para atender demandas e necessidades dos sujeitos sociais trazidos à luz pelas transformações sociais ocorridas (FITCHNER 2010).



O EDUCADOR SOCIAL E SEUS SABERES FAZERES DENTRO DA ESCOLA

A Educação Integral e seus propósitos, que convém lembrar que vem desde o manifesto dos pioneiros “em 1932 com a Escola Nova, que pensava na implementação de um sistema Público de Ensino para o País, propunham uma educação que desse as crianças um programa completo de leitura, aritimética, escrita, ciências físicas e sociais, e amis artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento á criança, visto não ser possível educa-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia.”Anisio Teixeira colocou essa concepção em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado em Salvador na década de 1950.

Desta forma a Educação vista com outro olhar, tendo como foco o social, a coletividade não é algo novo no Brasil. Na época como agora se pensou em tempo integral sem pensar em educador social, quem seria esse ator que iria fazer a ponte entre a educação curricular e a educação não curricular? Uma tão importante quanto a outra? Por vezes parece que esse ator o Educador Social e o referencial da Pedagogia Social foram esquecidos.

Comprendemos a Educação Social como uma prática da Pedagogia Social que está além da informação, porque acredita no ser humano como

ser incompleto e que está sempre sendo, um ser inacabado em constante desenvolvimento, por isso não limitamos a Educação Social às classes sociais ou à criança, tão pouco aos chamados “excluídos” pela sociedade. A Educação Social é para todos, e está presente durante toda vida neste ser sensível, perceptível, capaz de transcender em seu meio social que se chama humano-ensinar, a educação social fala do desenvolvimento humano do ser. Brandão nos diz que

ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos modos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre educação que nos invade a vida (BRANDÃO, 1992, p. 2).

Essa educação que nos invade a vida consiste em um modo de educar voltado aos interesses e necessidades dos educandos, respeitando sempre o seu saber, a sua cultura, o seu cotidiano vivido e experienciado, seu meio social, conseguindo de forma integral compreender o indivíduo, como o tal pensa em sua formação e realiza o fazer da “ensinagem” social, em que o olhar atento para a pessoa e seu capital social se torna condição essencial. Penso que estas idéias em muito coincidem com a chamada Educação Integral pois se trataria de uma educação que estaria sempre vendo as crianças e adolescentes em sua totalidade como seres humanos.

Durante muito tempo e até mesmo nos dias de hoje, a Educação Social é chamada de Educação Não Formal, ou seja, compreendida como um campo em oposição à educação formal que nada tinha a ver com esta. Hoje já podemos ver discussões diferenciadas acerca dessa nomenclatura. Caro (2009, p. 153) nos diz que o que ocorre na Educação Não Formal, normalmente vem embasado no que se chama Educação Social, que por referência é conteúdo e objeto da Pedagogia Social. Fica claro então que a Pedagogia Social é a teoria e a Educação Social a prática, mas em que momento nenhum uma está desvinculada da outra, pois a Pedagogia Social consegue imbricar teoria e prática; isso quer dizer que a Pedagogia Social não está limitada a academia, existe um constante diálogo entre a teoria e a prática dos Educadores Sociais, a Pedagogia Social é um ato refletivo das práticas sociais cotidianas construídas pelos Educadores Sociais, práticas essas que precisam ser refletidas diariamente, por toda comunidade escolar, inclusive convém pensarmos na possibilidade de rever as funções exercidas dentro do ambiente escolar dando lugar ao educador social nesta nova demanda social. Sabemos que não é fácil, mas precisamos tentar.

O educador social tem como ponto de partida seu comprometimento com o oprimido, que nem sempre é oprimido, ora é oprimido, ora é opressor, dessa forma a Educação Social se desvela de várias formas e maneiras num cotidiano inventivo, devido a esta provisoriedade o Educador Social precisa a todo instante analisar sua prática que é necessariamente cheia de intencionalidades, rever a teoria que o orienta para sempre redimensionar sua compreensão de mundo, vendo esse mundo com o oprimido e também a partir dele, compreendendo além do mundo exterior sua prática pedagógica e a si mesmo.

Esta prática ao meu ver deve ser feita não em um contra turno como quer a Educação Integral, mas imbricada as disciplinas curriculares, para que não haja dicotomias, que não haja divisão de turnos, mas que a música, possa se dada no mesmo horário da matemática, a arte possa ser o eixo central de todo o currículo e que o Educador Social o Educador Escolar possam juntos construir o mosaico da coletividade da integralidade humana.

Os sujeitos da Escola Pública na Educação Básica de maneira geral são pessoas que vivem em situações econômicas desfavoráveis, paradoxais e em desvantagens sociais. Portanto, o diálogo entre oprimido e opressor é uma exigência existencial para libertação e humanização de ambos, para que haja a quebra no círculo de marginalização do qual o educando é parte. Oprimido e opressor precisam estar nesse processo de libertação mútua. Freire (1999, p. 99) compreende que “é por isso que o opressor se desumaniza ao desumanizar o oprimido, não importa que coma bem, que vista bem, que durma bem. Não seria possível desumanizar sem desumanizar-se tal a radicalidade social da vocação. Não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser”.

Ainda hoje é comum perceber que os educadores que trabalham com os marginalizados se sentem também marginalizados pela Pedagogia oficial e acadêmica, como se fossem os parentes pobres da Educação Escolar, considerando artesanal a forma de atuar e de produzir conhecimentos na Educação Social. Isso ocorre principalmente por falta de informação em relação à Educação Social de rua, a não sistematização livresca, digo livresca porque essa sistematização ocorre, só não são interessantes para as editoras, das práticas dos Educadores Sociais talvez venha corroborar essa visão míope em relação à Educação Social.

Os Educadores Sociais que realizam práticas excepcionais precisam também de preparo inicial e continuado e por isso lutam por ser reconhecida sua profissão através de projeto de lei que ora tramita no Congresso Nacional.

O ESPAÇO POLÍTICO E A CIDADANIA NA VIDA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sabemos que a escola não é o único nem o principal espaço educativo do ser humano, seja ele criança, adolescente ou adulto, para que realmente exerça sua cidadania é necessária a sua participação ativa na política que pode ser feita também via escola, mas não somente, sabemos que criança não vota, mas compreendemos também que o voto não se constitui na única forma de se fazer política, esta pode ser feita em diversos espaços inclusive no espaço educativo familiar, na comunidade onde se está inserido “ O bairro em que se vive deve ser preservado. Preservá-lo é um ato político. Não se admite que crianças e jovens se envolvam da Gurizada).

As crianças exercem sua cidadania, quando trabalham em grupos respeitando o outro seja no lar ou fora dele, vemos esses exemplos com as crianças e adolescentes em situação de rua, que o andar coletivamente é uma questão de sobrevivência mesmo que para nós se transforma numa questão de cidadania, pois eles se respeitam, respeitam as regras que elas mesmas elaboram, conhecem seus direitos e deveres no grupo. Este fazer dialogado é um exercício da política e da cidadania. Denunciar a violação de seus direitos básicos, mesmo que esta denúncia é uma forma de exercício político também que pode se dar na escola ou fora dela.

As crianças, todas as crianças e adolescentes precisam ter seu direito a educação garantido, locais seguros, atividades de lazer e não trabalho que terminam por adultizá-la precocemente, precisa brincar em ambientes seguros, precisa de adultos acompanhando seu dia a dia e não viver em situação de abandono, a Constituição é clara quando nos fala que é dever da família e do Estado proteger esta criança e adolescente, a pergunta que nos vem a mente é: estamos enquanto sociedade e Estado fazendo isso? Permitindo que a criança exerça sua cidadania? Que projeto pedagógico encontramos hoje para o exercício das nossas crianças e adolescentes para cidadania? O não atendimento básico das necessidades das crianças e adolescentes por si só se apresenta como uma violência contra a criança e não são poucas as crianças e adolescentes que vem sendo vítima de violência que se apresenta com várias faces seja através da violação dos direitos básicos, seja através de abandono, ameaças, abusos sexuais, vivemos numa sociedade que ainda se cala ante as violências cometidas contra as crianças e adolescentes esquecendo-se que

todas as pessoas têm o dever de avisar o Conselho Tutelar sobre os casos de violência contra a criança.

A inserção no mercado de trabalho ou o cometimento de pequenos delitos, a busca de uma satisfação na sexualidade precoce que termina em gravidez na adolescência ou a experimentação de drogas, são aspectos que roubam o direito a cidadania das crianças e adolescentes, que as impedem de participar de um espaço político fazendo valer sua cidadania, pois a escola é abandonada sob o rótulo da repetência e essas escolhas se tornam algo que não se concilia com o cotidiano da escola tão pouco com a participação política do adolescente.

Na escola é tido como bagunceiro, indisciplinado, suas reivindicações não tem vez não voz por ser considerado indisciplinado, não costuma ser atuante no grêmio estudantil que é uma forma eficaz de participar da política desde cedo, pois esta é uma entidade representativa dos estudantes, além de participarem politicamente participam ativamente com atividades culturais que terminam impregnando toda escola inclusive ajudando-a bastante. Muitos adolescentes tem sua participação política iniciada no grêmio estudantil uma vez que muitos partidos tem alas jovens, as chamadas juventudes. Nesses setores, os jovens realizam reuniões, comparecem às convenções partidárias, tomam conhecimento e discutem os objetivos do partido, na verdade termina por se tornar um lugar de introdução ao jovem na vida pública.

Por vezes parece faltar na escola clareza. Nela muitas vezes a incivildade e violência se misturam, afastando a criança e o adolescente de uma participação cidadã e política. Muitas vezes os alunos são rotulados pelos docentes de desinteressados, indisciplinados, apáticos, desmotivados para com o ensino e aprendizagem porque estes se recusam a seguir o ritmo e os currículos ultrapassados da escola que não estimula a participação política e cidadã de construção de sua proposta pedagógica.

Este contexto provoca no adolescente a sensação de que nada muda na escola, o cotidiano da mesma é diverso do cotidiano experienciado e vivido por eles, cotidiano este dinâmico e não repetitivo, sem viver sua cidadania a escola para os adolescentes é algo que os leva sempre a homogeneidade, quem não se enquadra nesta homogeneidade é considerado transgressor, de tal forma que as aulas de educação física muitas vezes parecem ser o único espaço em sala de aula onde podem exercer atos políticos. O desinteresse aumenta com os tipos de avaliações ultrapassadas que os rotulam de defasados, fracos, malandros e outros rótulos mais.

O DIREITO COMO MAIS UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O direito a educação que falo aqui não pode ser entendido como um prédio construído, o direito a educação está imbricado a cidadania, junto está o direito ao lazer, a saúde, a distribuição de renda, com isso durante muitos anos na história do Brasil e ainda hoje , muitos jovens tem ficado sem acesso á escolarização, contudo após muita luta social da sociedade civil organizada vemos que o jovem que teve seu direito a educação negado na idade própria hoje tem seu direito garantido , direito este que requer o desenvolvimento de uma proposta pedagógica especifica para estes jovens, infelizmente até hoje ainda não vemos , mas percebemos grandes avanços nesta área.

Apesar de compreendermos e sabermos que o processo educativo não se dá apenas na escola , compreendemos que a mesma ainda continua sendo palco de esperança para todos aqueles que tiveram sua cidadania negada enquanto criança e adolescente, porque não possuíam uma renda mínima que lhes permitissem estar inseridos em processos educativos, sendo muitos deles seduzidos pelo dinheiro do tráfico , manter a criança e adolescente na escola , exige de nossos gestores públicos , não somente construção de prédios mas compromissos maiores que associem a escola a politicas sociais de promoção para maior equidade de todos e todas .

Os currículos escolares ainda são distantes de suas realidades de seu cotidiano pulsante, um currículo que não estimula a cidadania, a politica a inserção no contexto social da criança e do adolescente em questão, o currículo apresentado pela escola não expressa os sonhos e desejos de nossos educandos por isso não raramente terminam abandonando a escola ou permanecendo na mesma para receber medidas compensatórias do governo, percebemos de maneira clara uma cisão entre educadores e educandos, como se cada um falasse uma linguagem diferenciada e não se entendessem.

Não há como não saber e sentir a existência desse fenômeno de ruptura entre o educador e o educando, mas podemos refletir o quanto o educador seja ele escolar ou social possa contribuir para a união, para troca entre educador e educando levando-os simultaneamente a construção de sua cidadania.

Já é sabido do potencial dessas crianças e adolescentes que ao contrário do rótulo de repetência, são crianças e adolescentes que possuem inteligências diversas, muitas vezes vivem na periferia mas possuem um alto potencial em capacidade de realização, quando estão e são motivados, sensibilizados por alguma causa, quando se sentem participante politicamente e não usados por

governos que os transforma em números. Penso que já passamos da hora de avançar, romper limites, conquistar cidadanias há muito perdidas.


Portanto vislumbrar novos espaços educativos amplia as possibilidades de protagonistas de nossas crianças e adolescentes em nossa sociedade, contagiando-as a construção comprometida de enfrentar junto com o educador e gestores o desafio de construção de uma política educacional voltada para nossas crianças e adolescentes aliados do processo.

Daí a importância de se reconhecer que a garantia constitucional ao afirmar a educação como direito de todos, apesar de estar sendo ampliada a passos mais lentos do que desejaríamos, ainda não está concretizada, visto que existem forças sociais lutando para que esse direito seja concretizado a fim de se garantir o projeto de consolidação da democracia em nosso país.

No entanto ainda percebemos em nossa sociedade o predomínio de forças separatistas, verticalizadas, autoritárias que desqualifica principalmente nossas crianças e adolescentes indo de encontro ao seu direito inalienável de ser educado de se tornar um cidadão.

Por sua vez na escola percebemos um projeto político verticalizado onde a criança e o adolescente dele não participam, uma prática pedagógica por vezes autoritária que segrega com atitudes preconceituosas, percebemos de forma clara um conflito de forças sociais para a não concretização do direito a educação para todos.

Esse conflito termina por atuar com rótulos, atitudes repletas de preconceitos querendo cada vez mais destinar nossas crianças e adolescentes das camadas populares ao fracasso escolar, empurrando-os para violência, causando tensões entre educador e educando, causando fracassos repetidos, precarização do trabalho educativo, o fracasso escolar sempre fica por conta do educando, ele sempre é o que fracassa agravando ainda mais as relações no ambiente escolar, tornando o desafio de consolidar a concepção de educação como direito de todos cada vez maior.



FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Com a palavra nossos protagonistas, meus companheiros de jornada: os educadores sociais, que muitas vezes são educadores escolares também, eles vem descortinando suas histórias, ações, seu engajamento e suas decisões possíveis, neste grande desafio de elaborar um projeto pedagógico para construção da cidadania. Apesar das categorias que constituem o Educador Social /e ou Escolar serem eminentemente freireanas, não fomos a Paulo Freire para dar ao Educador essas categorias, mas as categorias falavam alto na vida de cada Educador Social que ouvíamos.

Ai de nós, educadores, se deixarmos de sonhar, sonhos possíveis [...] Os profetas são aqueles, ou aquelas, que se molham de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e da história de seu

povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles, mais do que advinham, realizam (Paulo Freire).

AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO – DESVELANDO INTENCIONALIDADES POR MEIO DA PRÁXIS

Ação e reflexão são palavras que pulsam em toda obra de Paulo Freire, o saber reflexivo da ação, o fazer para Freire sem a reflexão torna-se meramente mecânico, repetitivo e sem sentido, o contexto teórico para Freire é inseparável do contexto prático, nesse contexto acrescentaria hoje a necessidade de ação-reflexão-sistematização para que possamos (com)partilhar, dizer a palavra ao outro, falar do que temos feito e refletido.

Hoje os educadores sentem uma necessidade além da ação/ reflexão que é a da sistematização dessa ação refletiva, os que não o fazem relatam certa angustia por não faze-lo e os que já fazem sentem-se orgulhosos em fazê-lo.

Aqui nós procuramos sistematizar tudo, todos as nossas capacitações, trabalhos de estagiários, monografias, dissertações, teses até estrangeiras, tudo que nasce no Axé procuramos sistematizar, essa sempre foi a orientação do Cesare, anualmente fazemos um relatório escrito de todas as nossas atividades, está tudo na biblioteca pode ver” (S1, SALVADOR).

DIRETIVIDADE

Como educador, você só pode manter uma atitude não diretiva se você tenta fazer um discurso falaz, isto é, um discurso a partir da perspectiva da classe dominante. Somente nesse discurso falaz um educador pode falar a respeito de uma falta de direção. Por que? Creio que isso se deve a que não há verdadeira educação sem uma diretriz. Na medida em que toda prática educativa transcende a si mesma, supondo um objetivo a ser atingido, não pode ser não diretiva.

Somos cobrados de todas as partes. O poder público nos quer retirando as crianças das ruas quase que a força, a população não quer conversa nem afeto entre os educadores e os meninos que estão na rua. Pensam que nós somos polícia, mas nós trabalhamos com afeto, com diálogo, com o ser humano e as necessidades dele, com educação (P1, POA).

AMOROSIDADES

A metodologia utilizada pelo educador social difere da metodologia utilizada pelo educador escolar ela necessariamente precisa ser amorosa. “O amor é uma tarefa do sujeito. É falso dizer que o amor não espera retribuições. O amor é uma intercomunicação íntima de duas consciências que se respeitam. Cada um tem o outro como sujeito de seu amor. Não se trata de apropriar-se do outro. Não há educação sem amor [...] não há educação imposta, não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não respeita (FREIRE, 1989, p. 29).

Professores e Educadores Sociais educam, mas há uma diferença: O primeiro visa a uma educação mais formal, com matérias escolares de matemática, português, etc. Já os Educadores Sociais atuam como eternos aprendizes, ensinando e aprendendo todos os dias através de uma leitura de vida, com um olhar mais micro e macro conforme a história de cada indivíduo que chegam até nós (S1, SALVADOR).

DIALOGICIDADE

O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Sendo o dialogo o conteúdo da forma de ser própria da existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens sejam transformados em “seres para o outro” por homens que são falsos seres para si. É o que o diálogo não pode tratar-se numa relação antagonica. Este

encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. (FREIRE, 1992, p. 73).

O diálogo é o nosso ponto chave, a relação dialógica em que o educando é uma pessoa de direito, visto como um cidadão, momentaneamente privado dos bens de consumo, mas um cidadão que fala e é ouvido pelo Educador Social de Rua. A Pedagogia do Desejo nos leva a suscitar o desejo de ser em nosso educando, acreditando nele como pessoa humana, ouvindo-o de todas as formas (S3, SALVADOR).

CONHECIMENTO

Quando falo no conhecimento presente na prática do educador social, falo do conhecimento que gera vínculos e metodologia. A educação é um ato de conhecimento. E na educação Social, através da relação dialógica entre educador Social, educando e objeto cognoscível a proposta pedagógica de Freire centraliza-se na dimensão do conhecimento. Conceber a educação Social efetivamente como um espaço de construção do conhecimento é condição para a ressignificação da própria Educação enquanto conceito.

O olhar sobre o Educador Social implica noutras questões de ordem político-pedagógicas. A discussão sobre os problemas sociais, causadores de boa parte das mazelas que vemos, como a fome, gravidez precoce e indesejada, AIDS e drogas, e os problemas gerados pela falta de colocação de limites pelos pais às crianças e aos adolescentes. Mesmo interligadas entre si cada questão exige um olhar específico, um conhecer específico da experiência do menino (S3, SALVADOR).

ANUNCIA/DENÚNCIA

“Não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação” (FREIRE, 1987, p. 78), a todo momento, nos diálogos

estabelecidos com os educadores sociais, não percebi em suas falas denunciamento, mas anúnciamentos, isto é, chamamentos que denunciavam; denunciavam um não olhar para o ser educador social de rua. Desvelaram o tempo todo o risco muitas vezes esquecido no dia a dia de sua profissão, ao mesmo tempo que anunciavam possíveis soluções.

Antes havia um cuidado para conosco, havia uma preocupação. Antigamente nós estudávamos a rua, nenhuma ação que acontecia ficava na rua, a gente trazia para o grupo e fazia um estudo. Nós tínhamos uma formação em serviço, uma formação própria, diária, toda reunião de equipe tinha uma parte que era para trabalhar a rua, vinham assessorias, psicólogos, pessoas de várias áreas da saúde, da educação, etc. (P1, POA).

INCOMPLETUDE

É nesse sentimento de incompletude que o educador está sempre sendo educador na maioria das vezes segundo suas falas consciente de sua incompletude e de seu educando de ser sendo a cada dia.

Descobrir o que sabe, o que traz de bom, o que é capaz de fazer, não permitir que a visão de ladrão, do homicida, do viciado, do agressivo, nos impeça de ver a pessoa, não utilizar o conhecimento sobre o passado do educando, para não colocar a exigência antes da compreensão, ser exigente, mas exigir por degraus, isso a gente aprende nas ruas, com as crianças, cada vez que nos encontramos com ela. Abrir espaços para que possa experimentar-se como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso, surpreender seus educandos, fazê-los perceber que aprender é prazeroso, se dá a todo momento das nossas vidas, é difícil, mas não é impossível (S3, SALVADOR).

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE CIDADANIA

O atendimento público às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social é algo muito recente em nossa história. Durante todo o período colonial e ao longo do primeiro e segundo impérios, não tivemos no País instituição pública que atendesse à chamada infância desvalida, aliás essas crianças e adolescentes nem como crianças e adolescentes eram vistas, eram chamados apenas e tão somente de “menores” e geralmente o nome menor estava ligada a delitos, incômodo de alguma forma a sociedade.

Segundo temos notícia em nossa história, desde o Brasil colônia já começam a aparecer os primeiros meninos abandonados nas ruas, os mesmos eram trazidos de Portugal para ajudar na catequização dos índios uma vez que aprendiam a língua de forma mais fácil, ficavam sob os cuidados dos padres, mas alguns se “rebelavam” e acabavam indo parar nas ruas expostos a sua própria sorte em condições de abandono.

A mesma Igreja que inicia o processo de abandono, também é a primeira a verificar a situação do chamado menor, historicamente, essa tarefa coube, em primeiro lugar, à Igreja. Santas casas de misericórdia, irmandades, congregações se confrarias formavam o conjunto de obras de benemerência com que, até o início do século XX, o Brasil enfrentou a chamada “questão do menor”, uma questão enfrentada mais no âmbito da caridade que da justiça social, a mortalidade infantil nestas casas era altíssima.

Desta forma a questão do assistencialismo, da caridade se enraizou no Brasil e imbricou-se com a chamada questão do “menor” não lhe oferecendo a mínima oportunidade de Direito e cidadania, quando se pensava em “menor” pensava-se em caridade e higienização social da cidade, algo que está impregnado até nos dias de hoje, mesmo com todo avanço legal, ainda se fala e se pratica em muitas cidades a higienização social.

Historicamente os chamados “menores” foram associados a delitos, e seus casos tratados como caso de polícia, o que também hoje mesmo com o Estatuto não mudamos muito, associa-se o Estatuto como o grande vilão e culpado pelos delitos praticados pelas crianças e adolescentes, falando-se

inclusive numa possível mudança de uma lei que apesar de ter 23 anos , nunca foi de fato implementada.

Os modelos assistencialista e autoritários são notórios como podemos ver nos noticiários , nas impressas escritas e faladas e permanecem até os dias de hoje, mesmo após todo o processo de abertura e consolidação democrática que fez emergir a Doutrina da Proteção Integral, é como se o processo de Doutrina e da Proteção Integral não fosse para os meninos pobres que ainda continuam relacionados a delito a uma figura que não é agradável a cidade, a uma chaga social que a sociedade não quer ver.

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 introduziu no direito brasileiro um conteúdo e um enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, trazendo para nossa sociedade os avanços obtidos na ordem internacional em favor da infância e da juventude:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O texto é claro quando fala em criança e adolescente e em momento algum fala de algumas crianças e adolescentes, é claro ao dizer , todas.

Estatuto (Lei 8069/90 de 13 de julho de 1990) regulamentou as conquistas em favor das crianças e adolescentes, apontadas no artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Como explicitado no artigo 1º, trata-se de uma lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Ele foi forjado, criado, elaborado por toda sociedade civil organizada, ficando a cargo do governo criar políticas públicas que garantissem sua aplicabilidade , algo que não é feito até hoje.

O Estatuto foi pensado pela sociedade civil a fim de promover mudanças profundas que fossem além do campo meramente jurídico mas o mesmo deveria ter se imbricado em outras áreas da realidade política, cultural e social no Brasil:As crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos exigíveis com base na lei, e não meros objetos de intervenção social e jurídica por parte da família, da sociedade e do Estado, sua cidadania está intrinsecamente ligado a estes direitos exigíveis com base na lei.

O texto é claro quando nos fala que As crianças e os adolescentes são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. São detentoras de todos os direitos que têm os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade, além dos seus direitos especiais, decorrentes do fato de que, face à peculiaridade natural do seu processo de desenvolvimento, eles não estão em condições de exigi-los do

mundo adulto e não são capazes, ainda, de prover suas necessidades básicas sem prejuízo do seu desenvolvimento pessoal e social. Infelizmente, com todas as conquistas sociais que vemos ainda não é isso que ocorre.

Existem direitos fundamentais as crianças postos em lei : O emprego da expressão “direitos fundamentais” significa que a criança (de 0 a 12 anos incompletos) e o adolescente (de 12 a 18 anos) deixam de ser vistos como portadores de necessidades, de carências, de vulnerabilidades, para serem reconhecidos como sujeitos de direitos exigíveis em lei.

DIREITOS INALIENÁVEIS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

Direito à vida e à saúde: a proteção à vida e à saúde atribui às políticas sociais públicas a missão de permitir o nascimento e o desenvolvimento sadio, harmonioso e digno.

- O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação.

O direito ao respeito consistena inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

O direito à dignidade determina ser dever de todos mantê-los a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Direito á convivência familiar e comunitária , crianças e adolescentes não devem ser separados dos pais biológicos, ainda que a estes faltem ou sejam insuficientes os recursos materiais. Salvo a existência de outra razão que justifique a adoção da medida de separação, a família sim é que deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada e incluída em programas oficiais de auxílio.

Constitui ainda direito fundamental, quando não for possível a convivência com a família natural, a colocação em família substituta, sob a modalidade de guarda, tutela ou adoção.

Direito à educação, à cultura e ao lazer: consiste na garantia do atendimento em creche e pré-escola à criança de zero a seis anos e o acesso ao ensino fundamental obrigatório, gratuito e igualitário, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Aos portadores de deficiência é garantido o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Direito à profissionalização e proteção no trabalho: É proibido o trabalho infantil e aos adolescentes com menos de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. A aprendizagem consiste na formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação educacional em vigor. Ao jovem empregado ou aprendiz é vedado o trabalho noturno, insalubre, perigoso, penoso e prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, e em circunstâncias que não permitam a frequência à escola. O direito à profissionalização e à proteção no trabalho do adolescente deve observar o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

ESTRUTURA CRIADA PARA PROTEGER O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A estrutura fundamental é composta por dois órgãos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e recursos destinados especialmente ao atendimento de crianças e adolescentes através da criação de um Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente. O três, em conjunto, articulados com o Poder Judiciário e Ministério Público, correspondem à estrutura fundamental da rede municipal de proteção para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

O CMDCA tem por finalidade a formulação e o controle de políticas que assegurem o atendimento e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. O artigo 88 do Estatuto esclarece que os Conselhos de Direitos são “órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária, por meio das organizações representativas”. Para realizar esta função, os CMDCA precisam ter capacidade para consultar, dialogar, diagnosticar, deliberar, negociar e controlar.

Foi criado também o Conselho Tutelar, Segundo o Estatuto (artigo 131) o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, destinado a zelar, em nome da sociedade, pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Seu objetivo é ouvir, acolher, aconselhar, orientar e encaminhar. Deve atender, em primeiro lugar, as crianças e adolescentes e seus pais ou responsáveis.

É um órgão permanente e desenvolve ações de modo contínuo, uma vez que as ameaças ou violações de direitos não têm hora para acontecer e as crianças e adolescentes não podem esperar para ser atendidos.

É autônomo, no sentido de que não deve sofrer interferências externas que coloquem em risco a garantia de direitos. Em matéria de sua competência, deve deliberar e agir segundo as orientações do Estatuto.

O caráter não-jurisdicional se refere ao fato de que o CT não existe para ser um braço do poder judiciário ou para substituir este poder em qualquer circunstância. Não cabe ao CT, portanto, julgar e nem apreciar as questões pertinentes ao poder judiciário.



(IN) CONCLUSÕES

A cidadania como processo em construção desde a infância bem como a evolução dos conceitos e as práticas de cidadania na educação social, falo desta forma para evitar a forma dicotômica entre formal e não formal e por entender que mesmo a educação realizada fora dos espaços escolares possuem intencionalidades e são formais sim, talvez não engessada em currículos, mas possuem sua formalidade.

Com(vivendo) tantos anos com crianças e adolescentes, militando e participando ativamente do processo de construção do Estatuto da Criança e do adolescente, sabemos a importância da comunidade, da cultura na vida das crianças, não poderemos em pensar ver o nosso sonho de cidadania realizado com todas as crianças e adolescentes do nosso País se não atentarmos para valorização da família, da cultura e da comunidade.

Não há dúvidas de que já caminhamos bastante e inúmeras revoluções são realizadas diariamente em prol da cidadania da criança e do adolescente brasileiro não importando sua condição social, mas sabemos, vemos e sentimos que ainda temos muito o que fazer, a cada dia se trava uma nova luta na implantação total do Estatuto da Criança e do Adolescente, em fazer com que a lei posta em nossa Constituição Federal seja cumprida.

Nossas crianças e adolescentes pobres ainda são tratadas como “menores” ainda tem sua cidadania alijada, ainda são tratadas como caso de polícia e ainda querem as recolher como se recolhem “lixo humano”,

mas sabemos que existe um grande grupo da sociedade civil organizada até mesmo nas academias lutando para manter a nossa grande conquista que foi o Estatuto da Criança e do Adolescente, que precisa ser colocado em prática em sua totalidade para que possamos falar de justiça social para com as crianças e adolescentes pobres, precisamos garantir-lhes o direito a saúde a educação ao lazer e dizer não ao projetos caritativos, lutar por políticas públicas que garanta-lhes seus direitos adquiridos, dentre eles a formação de educadores sociais que saibam trabalhar de forma educativa em outros espaços sociais que não sejam a sala de aula tendo como alvo a formação da cidadania da criança e do adolescente.

Padre Xavier, há muito lutando pela cidadania das Crianças e Adolescentes no Brasil nos deixa uma reflexão interessante sobre o Estatuto:

Nasci no dia 13 de julho de 1990. Venho de uma família de peso. Meu pai é o Movimento Popular. Minha mãe a Constituição Federal. Foi batizado com o nome de Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas sou chamado carinhosamente de ECRIAD ou de ECA. A dizer a verdade não gosto muito deste último apelido. ECA lembra coisa nojenta e rima com meleca.

Tive o azar de ser registrado pelo Presidente da República, Fernando Collor ou fui eu que dei azar a ele, pois logo depois adolescentes com as caras pintadas o mandaram de volta para casa. Minha trajetória de vida não foi fácil. Sofro desde a gestação. Tentaram me abortar, mas não conseguiram. O movimento popular foi um pai sempre muito presente. Ficou em cima e pressionou durante todo o pré natal. A Constituição Federal também não desistiu.

O meu nome estava escrito nas cláusulas pétreas. A minha mãe me deu prioridade absoluta e me garantiu a proteção integral. As oligarquias acostumadas a mandar e desmandar não gostaram nada disso, mas tiveram que me engolir. Nasci com a cara da minha mãe. Dela puxei a cidadania e do meu pai a força da participação popular e o controle social. Vim ao mundo para garantir a efetivação dos direitos humanos para todas as crianças e os adolescentes. Acabei assustando muita gente acostumada a 500 anos de privilégios construídos às custas dos mais pobres tratados sempre como menores. Diminuí a mortalidade infantil. Garanti o acesso universal à escola. Reduzi o trabalho infantil e alcancei muitas outras conquistas. Mas não foi fácil. Ao longo da minha existência várias vezes tentaram modificar o meu patrimônio genético. Queriam me cortar e desfigurar. Diziam que nascera com direitos demais e sem deveres. Procuraram me silenciar por ser pequeno. Considerado adulto em miniatura queriam me dar somente a miniatura dos direitos. Fizeram de tudo para que não saísse do papel. Foi criminalizado. Acusaram-me de difundir a

impunidade e me apontaram como responsável do crescimento do índice de envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais. Expulsaram-me das unidades de internação transformando-as em verdadeiras masmorras. A minha foto está espalhada em todas as delegacias onde até agora estou proibido de entrar. Alguns juizes e promotores me engavetaram. Deixaram-me na fila na hora de me prestar atendimento médico. Arrancado das mãos de meus pais, esqueceram-me nos abrigos. Procuraram rebaixar a minha idade penal para me enfiar logo na cadeia. Entregaram-me para o Conselho Tutelar para que me tutelasse, mas nem sempre lhe ofereceram os meios para fazer valer meus direitos todas as vezes que eram violados. Passei sob o controle dos Conselhos Municipais, mas a maioria deles só ficou na conversa. São poucos aqueles que me tiraram do papel e me transformaram em políticas públicas destinadas à promoção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Agora estou nas mãos do Sistema de Garantia: disseram-me que o meu presente e o meu futuro dependem dele. Vou dar um voto de confiança.

Mesmo passando por tudo isso, cheguei aos vinte anos. Tive melhor sorte do que muitos dos meus coetâneos. Vários deles já se foram engolidos pela negação dos direitos que eu garanto. Mas não estou ainda totalmente a salvo. Afinal das contas a faixa etária mais arriscada para morrer violentamente no Brasil é até os 25 anos. Será que vou conseguir chegar até lá? Depende de você. Comece pelo voto. Não deixe que passe pela eleições quem não gosta da minha cara. Não permita que coloquem as mãos em cima de mim para me maltratar. Se for para mudar alguma coisa é só para melhorar. Tenho orgulho por ter feito escola. Foi a partir da minha experiência que surgiram outros Estatutos. Graças ao meu exemplo, um por um quem estava atrás das cortinas da história do Brasil virou protagonista. O mais importante de todos é o Estatuto de Idoso, pois nos obriga a cuidar de nossos velhos pais. E é bom mesmo. Não posso deixar morrer o meu velho pai, o Movimento Popular, e a minha mãe, a Constituição Federal Cidadã, pois afinal das contas é graças a eles que eu estou vivo e, se continuar cuidando deles, estarei cheio de garra para fazer acontecer uma nova história para todas as crianças e os adolescentes brasileiros.

Padre Xavier Paolillo

Como Paulo Freire, continuamos lutando, esperançosos, ainda que percebemos que há muito há se fazer, que a cidadania de nossas crianças e adolescentes não estão ainda garantidas como deveriam, mas seguimos sonhando amorosamente, no sentido freiriano de não espera mas de um amor tornado ação que nos impulsiona a continuar lutando enquanto sociedade civil

organizada para que não haja um retrocesso em toda conquista em prol da cidadania das crianças e adolescentes brasileiras.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. O lugar de toda cultura. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

BRANDÃO, Carlos R. O que é educação? 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992 (Primeiros passos).

_____.A educação como cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da criança e do adolescente. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 96 p. (Série E. Legislação e Saúde). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/lei_8069_06_0117_M.pdf>. Acesso em 10 out. 2008.

BULGARELLI, R. É possível educar na rua? Rio de Janeiro: MPAS/FUNABEM, 1987.

CARO, S. M. P; GUZZO, R. L. S. Educação social e psicologia. Campinas: Alínea, 2004.

CRITELLI, Dulce Mára. Análítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CURY, Munir. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado –Comentários Jurídicos e Sociais. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

Constituição Federativa do Brasil. 1988

ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea. A casa e a rua. Campinas. São Paulo: Papirus, 1996.

FALEIROS, Eva. A criança e o Adolescente: objetos sem valor no Brasil colônia e no império. In: PILOTTI, Francisco. RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: A historia das políticas sociais, da legislação e da assistência á infância no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Americano Del Nino, Editora Universitaria Santa Ursula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 221-236

FIORI, Ernani M. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisas. São Paulo: Pioneira Pioneira Learning, 2002.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: Editora Unesp, 2001

FREIRE, Ana Maria Araújo. Utopia e democracia: os inéditos – viáveis na educação cidadã. In: AZEVEDO, José Clovis et al (Org). Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2000.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para liberdade. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Cartas á Cristina. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

_____. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980a.

_____. Educação como prática da liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Educação como prática da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Pedagogia da tolerância. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Pedagogia do oprimido. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. FAUNDEZ, Antônio. Por uma pedagogia da pergunta. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 158 p.

FREYRE, Gilberto. Além do apenas moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. TRABALHOS CRIATIVOS. 1 Seminário de práticas sociais, troca de experiências. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2002

GHON, MARIA DA GLÓRIA. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Ética da Libertação em Enrique Dussel. In: ORTEGA ESTEBAN, J. A. La búsqueda del objeto, dê espacio y del tiempo perdido de la Pedagogia Social. Cultura y Educación, 1997.

PAIVA, Jacyara Silva de. (Sobre)vivências: um estudo fenomenológico-existencial acerca dos modos de ser sendo crianças e adolescentes em situação de rua. 2006, 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

PETRUS, A. (Coord). Pedagogia social. Barcelona: Ariel, 1977.

PINEL, Hiran. Adolescentes infratores: sobre a vida, o auto-conceito e a psico-educação. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 1989.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL DOMOVIMENTO DE MENINOS E MENINAS DE RUA – ES. Dezembro de 1996 (datilografado).

Rede AICA – Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente

SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente; MOURA, Rogério (Org.). Pedagogia Social. São Paulo: FAPESP, Editora arte e Expressão, 2009.

SOUZA NETO, João Clemente de. Crianças e adolescentes abandonados: estratégias de sobrevivência. 2. ed. São Paulo: Arte Impressa, 2002.

TELLES. Vera da Silva. Pobreza e cidadania. Curso de Pós graduação em sociologia. Universidade de São Paulo: Editora 34, 2001.

TRILLA, J. La Educacion fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social. Barcelona: Ariel, 1996.

TRILLA, J.; PETRUS, A, ROMANS, M. Profissão Educador Social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

UNESCO; AUGM; UFPR. Seminario Internacional Cidades Educadoras Contra a Exclusão e Pela Paz, 1 a 4 de setembro de 1996, Curitiba: Anais. Curitiba: UFPR, 1996.

XAVIER, ARACELY. As ações, lutas, estratégias e desafios do movimento de defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Espírito Santo. Dissertação de mestrado em política social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória 2008

